



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

**A GEOGRAFIA DOS CONFLITOS SOCIAIS NO CAMPO PARAIBANO:
ESPAÇO DE SANGUE LATINO**

João Pessoa – PB

Março, 2020

THAÍS PEREGRINO DO ESPÍRITO SANTO GUEDES

**A GEOGRAFIA DOS CONFLITOS SOCIAIS NO CAMPO PARAÍBANO:
ESPAÇO DE SANGUE LATINO**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Bacharelado em Geografia da
Universidade Federal da Paraíba, para a
obtenção do grau de Bacharel em
Geografia.

Orientadora: Prof^a, Dr^a Emília Moreira de
Rodat.

JOÃO PESSOA
2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

G924g Guedes, Thais Peregrino do Espírito Santo.

A geografia dos conflitos sociais no campo paraibano:
espaço de sangue latino / Thais Peregrino do Espírito
Santo Guedes. - João Pessoa, 2020.

76 f. : il.

Orientação: Emília de Rodat Fernandes Moreira.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCEN.

1. Conflito agrário. 2. Violência no campo. 3.
Resistência camponesa. I. Moreira, Emília de Rodat
Fernandes. II. Título.

UFPB/CCEN

ANEXO 4



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE GEOGRAFIA

Resolução N.04/2016/CCG/CCEN/UFPB

PARECER DO TCC

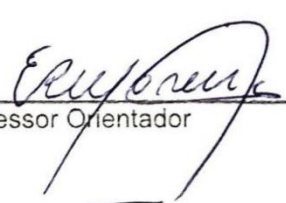
Tendo em vista que o aluno (a)
Thais Peregrino do Espírito Santo Guedes
() cumpriu () não cumpriu os itens da avaliação do TCC previstos no artigo 25º da
Resolução N. 04/2016/CCG/CCEN/UFPB somos de parecer () favorável ()
desfavorável à aprovação do TCC intitulado:

A Geografia dos Conflitos Sociais no
campo Paraíba: Espaço de Sangue Latino

Nota final obtida: 10,0

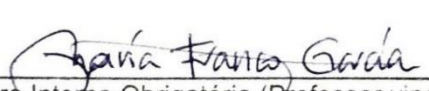
João Pessoa, 13 de Março de 20 20.

BANCA EXAMINADORA:

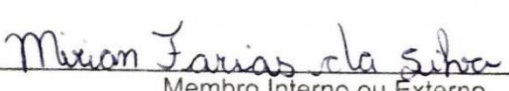


Professor Orientador

Professor Co- Orientador (Caso exista)



Membro Interno Obrigatório (Professor vinculado ao Curso)



Membro Interno ou Externo

Agradecimentos

Estar escrevendo nesse espaço, quase que obrigatório, me estimula a mergulhar nesse processo de escrita e pesquisa. A gratidão, em tempos de ódio, é um combustível e tanto.

Agradeço à todas e todos aqueles que me ajudaram não só a concluir essa etapa, mas que também estimularam em mim ideias provocadoras, rebeldes e ainda a somar nos espaços de luta;

Primeiro, à minha mãe, Wanda, primeira referência em dois aspectos fundamentais: enquanto mãe solo e depois, enquanto militante e pesquisadora dos movimentos antimanicomiais. Meu irmão, responsável também por outras referências e minha avó Luzi, que me acolheu na Paraíba.

Depois, agradeço a todos os educadores que contribuíram para minha formação crítica. Desde daqueles do tempo de escola, até aqueles da graduação, em especial, Emília de Rodat, minha orientadora e amiga, que muito me incentiva a permanecer na vida acadêmica.

A todos meus amigos de curso da Geografia, da minha turma querida, dos amigos dos laboratórios de pesquisa, que me ensinaram, entre muitas coisas, a fazer mapas e a viver com mais doçura o cotidiano difícil de uma universidade. Nesse departamento fiz amigas e amigos que vou levar pra vida!

A todas e todos dos movimentos do campo da Paraíba, aqueles que fazem parte da história dessa Paraíba e aqueles que também fazem parte da minha história, como a companheirada do MST que conheci e que confiaram a mim o papel de comunicadora popular, uma experiência breve, mas que me ofereceu disciplina e aprendizado.

Àqueles e àquelas que conheci nos momentos mais leves nesse retorno à Paraíba. Agradeço a Jofran, meu companheiro, que me leva a atravessar essa Paraíba e vivenciar o Alto Sertão. Minhas amigas do bairro “Castelo Negra”, mulheres que me mostraram uma Paraíba de mulheres lutadoras, de nomes fortes; Sabrina, Aurora, Lorena, Inaê, Virna e Terra.

E ao meu amigo Alph, que se encantou de forma bárbara. Mas deixou aqui sua força para lutarmos por justiça, queremos saber quem o matou.

Avante!

RESUMO

O povo paraibano do campo convive, desde o início da estruturação do agrário estadual com conflito de interesses de classe. De um lado, uma minoria proprietária de quase todas as terras, detentora da força política e econômica; e do outro, povos que lutam por acesso à terra e pelo direito de viver com dignidade no campo. A inquietação daqueles que estão nesta luta é um traço característico do povo latino-americano. Sente-se em todo o continente reações ao sistema agrário concentrado e excludente, voltado para o mercado externo, explorador e desequilibrado. O objetivo desta pesquisa é estudar os conflitos e a violência no campo paraibano no período de 1974 a 2018. Para realizá-lo fez-se necessário utilizar uma série de procedimentos e técnicas de pesquisa, tais como: a) levantamento bibliográfico e documental; b) levantamento de dados secundários e; c) a cartografia crítica. O trabalho está estruturado em três capítulos, além da introdução e da conclusão, a saber: a) o primeiro capítulo realiza uma discussão conceitual sobre conflito agrário e violência no campo; b) o capítulo dois faz uma análise teórica-histórica do desenvolvimento capitalista no campo latino americano afim de entender as raízes dos conflitos e da violência no campo paraibano; c) e, por último, o capítulo três, analisa os conflitos e a violência agrária na Paraíba.

Palavras-chave: conflito agrário, violência no campo, resistência camponesa

RESUMEN

La gente de Paraíba del campo ha vivido, desde el comienzo de la estructuración del estado agrario con conflictos de intereses de clase. Por un lado, una minoría que posee casi toda la tierra, tiene fuerza política y económica; y por el otro, pueblos que luchan por el acceso a la tierra y el derecho a vivir con dignidad en el campo. La preocupación de quien está en esta lucha es un rasgo característico del pueblo latinoamericano. Las reacciones al sistema agrario concentrado y exclusivo, frente al mercado exterior, explotador y desequilibrado, se sienten en todo el continente. El objetivo de esta investigación es estudiar los conflictos y la violencia en el campo de Paraíba de 1974 hasta 2018. Para esto, fue necesario utilizar un par de procedimientos y técnicas de investigación, como: a) encuesta bibliográfica y documental; b) recopilación de datos secundarios y; c) cartografía crítica. El trabajo se estructura en tres capítulos, además de la introducción y conclusión, donde: a) el primer capítulo lleva a cabo una discusión conceptual sobre el conflicto agrario y la violencia en el campo; b) el capítulo dos hace un análisis teórico-histórico del desarrollo capitalista en el campo latinoamericano para comprender las raíces conflictivas en el campo Paraíba; c) y, finalmente, el capítulo tres, analiza los conflictos y la violencia en el campo de Paraíba.

Palabra clave: conflicto agrario, violencia en el campo, resistencia campesina

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| CAPÍTULO 1 CONFLITO E VIOLÊNCIA NO CAMPO: EM BUSCA DE CONCEITOS GEOGRÁFICOS | 20 |
| 1.1 DA NOÇÃO DE CONFLITO À CONCEPÇÃO DE CONFLITO AGRÁRIO | 20 |
| 1.2 DA NOÇÃO DE VIOLÊNCIA AO CONCEITO DE VIOLÊNCIA NO CAMPO | 23 |
| CAPÍTULO 2 AS RAÍZES COMUNS DOS CONFLITOS E DA VIOLÊNCIA NO CAMPO LATINO AMERICANO: DA APROPRIAÇÃO INICIAL DOS TERRITÓRIOS, À SAGA IMPERIALISTA E OS NEOGOLPES | 28 |
| CAPÍTULO 3 CONFLITO AGRÁRIO E VIOLÊNCIA NO CAMPO PARAIBANO | 40 |
| 3.1. GEOGRAFIA DOS CONFLITOS AGRÁRIOS NO ESTADO DA PARAÍBA | 43 |
| 3.1.1 Espacialização e territorialização dos conflitos por terra no estado da Paraíba 1974- 2018..... | 44 |
| 3.1.2 Espacialização e territorialização dos conflitos de ocupação no estado da Paraíba 1989 a 2018 | 54 |
| 3.1.3 Territorialização dos projetos de assentamentos no estado da Paraíba 1986 a 2018..... | 60 |
| 3.2 ESPACIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO CAMPO DO ESTADO DA PARAÍBA | 65 |
| 3.2.1 Violência contra pessoa nos conflitos do campo paraibano 1974 a 2018 | 66 |
| 3.2.2 Violência contra posse e propriedade em conflitos no estado da Paraíba 1974 a 2018..... | 69 |
| CONCLUSÃO..... | 70 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----------|
| Figura 1: Homens cozinhando, acampamento Arcanjo Belarmino, Pedras de Fogo - PB..... | 57 |
| Figura 2 : Ocupação da fazenda Volta, Tacima – PB | 60 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|--|-----------|
| Mapa 1: Conflitos de Terra no estado da Paraíba por município 1974 a 2018..... | 45 |
| Mapa 2: Número de famílias em conflitos no estado da Paraíba por municípios 1974 a 2018..... | 46 |
| Mapa 3: Áreas (ha) em conflitos no estado da Paraíba por município 1974 a 2018 | 47 |
| Mapa 4: Número de ocupações no estado da Paraíba por município 1989 a 2018... | 55 |
| Mapa 5: Número de famílias em ocupações no estado da Paraíba por município 1989 a 2018..... | 56 |
| Mapa 6: Área (há) dos imóveis com ocupações no estado da Paraíba por município 1989 a 2018..... | 58 |
| Mapa 7: Assentamentos no estado da Paraíba por municípios 1986 a 2018 | 61 |
| Mapa 8: Número de famílias assentadas no estado da Paraíba 1989-2018 | 62 |
| Mapa 9: Áreas dos assentamentos no estado da Paraíba por município 1989-2018 | 63 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|-----------|
| Gráfico 1 Número de conflitos de terra na Paraíba por ano 1974-2018..... | 49 |
| Gráfico 2 Número de conflitos por ocupação na Paraíba por ano 1989 a 2018..... | 59 |
| Gráfico 3 Número de Projetos de Assentamento criados por ano - 1984 e 2018 | 64 |
| Gráfico 4 Número de conflitos agrários com violência contra pessoa na Paraíba 1974-1985 | 66 |
| Gráfico 5 Número de assassinatos em conflitos rurais no Estado da Paraíba 1886-2018 | 68 |
| Gráfico 6 Violência contra pessoa em conflitos rurais no estado da Paraíba 1986-2018 (demais categorias) | 69 |
| Gráfico 7 Número de conflitos agrários com violência contra posse e propriedade na Paraíba 1974-1985 | 70 |
| Gráfico 8 Violência contra posse ou propriedade em conflitos agrários na Paraíba 1989-2019 | 71 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----------|
| Tabela 1: Número de conflitos e famílias em conflitos na Paraíba, segundo as mesorregiões 1974-2018 | 46 |
| Tabela 2 : Número de ocupações e famílias em ocupações na Paraíba, segundo mesorregiões 1989-2018 | 55 |
| Tabela 3: Número de Projeto de Assentamento e famílias assentadas na Paraíba, segundo as Mesorregiões - 1989-2018 | 61 |

LISTA DE ABREVIATURAS

CPT - Comissão Pastoral da Terra

FETAG - Federação Dos Trabalhadores na Agricultura

INCRA- Instituto De Colonização e Reforma Agrária

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

DATALUTA – Banco De Dados Da Luta Pela Terra

IDH- Índice de desenvolvimento humano

UNDP – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

MIR – Movimento Izquierda Revolucionária

CLACSO - Grupo de Trabalho em Desenvolvimento Rural do Conselho Latino-americano de Ciência Sociais

CAI- Complexo Agroindustrial

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, tem como objetivo geral expor e discutir a geografia dos conflitos e da violência no campo no estado da Paraíba entre 1974 e 2018. Para isto, essa pesquisa também tem como interesse apresentar; a) conceitos de conflito e violência afim de alcançar os conceitos de conflito e violência no campo; b) mostrar os processos históricos da formação agrária na América Latina, para contextualizar a organização agrária que está em curso no campo paraibano; c) representar, por meio de mapas, gráficos e tabelas, e analisar a geografia dos conflitos e da violência agrária na Paraíba.

De antemão, podemos dizer que a realidade agrária que vamos discutir caracteriza-se pela forte concentração fundiária e pela produção agropecuária voltada, em grande parte, para o mercado externo. O latifúndio constitui a base de manutenção do poder e das relações de exploração do campo. Essa estrutura, mantida desde o período colonial, é tão excludente que gerou e gera lutas camponesas que se configuram na forma de conflitos agrários.

Na América Latina os conflitos agrários acompanham a trajetória da classe camponesa. Ao compasso do avanço do latifúndio, transformado em Complexo Agroindustrial (CAI) e Agronegócio¹, o camponês latino americano, com acesso precário ou sem acesso algum a terra, tem mostrado formas de resistência para defender sua existência. São variadas as experiências de organização de classe que acompanham o curso do modelo de desenvolvimento capitalista no campo. E em geral tem sido estas organizações expressas em forma de lutas que levantam a bandeira da reforma agrária. Esta, por sua vez, pode ser compreendida como um conjunto de mudanças profundas na estrutura agrária que beneficia, especialmente, quem trabalha na terra.

O avanço da luta por terra e por reforma agrária tem tido como resposta as mais variadas expressões de violência produzidas pelo latifúndio: assassinatos, despejos, articulações criminosas entre proprietários, o estado e o judiciário, ameaças de pistolagem, trabalho escravo, expulsões. Estas são algumas das ações cometidas por aqueles que detém o monopólio da terra e que não abrem mão do seu controle. A isso tem se somado mais recentemente, a violência institucional, devido ao avanço da direita mais conservadora no continente.

¹ Terminologias adotadas para conceituar cada momento da transfiguração do latifúndio em empreendimento capitalista globalizado.

A violência no campo não é um fenômeno recente, acompanha todo o processo de formação e estruturação do espaço agrário latino americano, uma vez que esta é uma característica típica usada para a manutenção da propriedade privada da terra. Este trabalho recorre ao processo histórico da estruturação do espaço agrário da América Latina. Tal proposta pode parecer ousada inicialmente para um trabalho de conclusão de curso, porém fizemos essa escolha por algumas razões. Primeiro, pela urgência de entender a instabilidade das democracias na América do Sul, processo que se repete no século XXI. No Brasil e na maioria dos países latinos, mais uma vez, ocorre a exclusão das escolhas da sociedade civil do poder público, gerado também por uma complexa convulsão política, que dessa vez se configura enquanto neogolpes. Essa conjuntura interfere diretamente na organização agrária de todo nosso território. Outra motivação para falarmos de América Latina, foi a de dar início a uma pesquisa que me trará outras possibilidades para aprofundar futuramente no mestrado. Também não posso deixar de mencionar o desejo pessoal por estudar o continente e conhecer melhor a organização do seu espaço agrário. Deste modo, nesse estudo, nos propomos a alcançar o traço de homogeneidade que tange o mundo agrário nos países latinos americanos; o conflito agrário e a violência no campo.

No que se refere à escolha do espaço agrário paraibano, como *locus* de nossa pesquisa embora em termos de escala, essa escolha passa pela aparente distância escalar com o espaço agrário latino-americano, acreditamos que a realidade se sobrepõe às escalas como bem o diz Moreira (2020), na medida em que ela reproduz, com suas especificidades, todo processo de subordinação à lógica da dominação colonial, imperialista e do capitalismo oligopolizado e globalizado que marcou e marca o campo na América Latina.

Escolhemos tratar da geografia do conflito e da violência no campo paraibano também em decorrência das circunstâncias políticas, principalmente as deslançadas desde o golpe de 2016 até a chegada ao poder de um presidente de extrema-direita, fatores que incentivam o aumento do conflito e consequentemente da violência contra a classe camponesa e que mostram a urgência da atualização do tema.

Contemplamos em nosso trabalho algumas categorias de análise geográfica e alguns conceitos com base em autores previamente escolhidos relacionados à Geografia Crítica tais como: a) categorias geográficas: espaço, com base em Henri Lefebvre (1974) e Milton Santos (1980); território, a partir de Raffestin (1993); b) conceitos: território de

esperança fundamentado em Moreira (2006; 2018); territorialização e espacialização da luta pela terra tomando como suporte Fernandes (1996,1999).

Por espaço geográfico, consideramos as contribuições de Henri Lefebvre (2006) em sua obra – *A produção do Espaço* -. O autor traz dimensões importantes para nossa discussão, entre elas, a do espaço social e do espaço contraditório. O espaço social é entendido enquanto uma produção social através de um conjunto de operações. De modo sucinto, consiste na transformação da natureza a partir do trabalho.

Lefebvre (2006) considera que o espaço é um produto social e que o modo de produção de qualquer sociedade é determinante para a produção do espaço e do seu próprio tempo. Em sua obra, Lefebvre (2006) se baseia em Marx para compreender desde o produto até a produção, concluindo que o espaço intervém diretamente na produção e nas forças produtivas, até mesmo na reprodução do capital:

O novo modo de produção (a sociedade nova) se apropria, ou seja, organiza para seus fins, o espaço preexistente, modelado anteriormente. Modificações lentas penetram uma espacialidade já consolidada, mas às vezes a subvertem com brutalidade (caso dos campos e paisagens rurais no século XIX). (LEFEVBRE, 2006, p. 13)

Com isso, Henri Lefebvre considera que as contradições das relações sociais de produção também estão inscritas no espaço, trazendo para o campo filosófico a discussão do espaço contraditório. Para isso, avalia o movimento dialético que o modo capitalista inscreve no espaço:

Quanto ao próprio espaço, simultaneamente produto do modo de produção capitalista, instrumento econômico-político da burguesia, ele revela contradições. A dialética sai do tempo e se realiza; ela age, de uma maneira imprevista, no espaço. As contradições do espaço, sem eliminar as que provêm do tempo histórico, saem da história e na simultaneidade mundial colocam num outro nível as contradições antigas, umas se enfraquecendo, outras se agravando, o conjunto contraditório tomando um novo sentido e designando “outra coisa”: um outro modo de produção. (LEFEVBRE, 2006, p. 186)

O conceito de espaço social está contido dentro do conceito de espaço geográfico, uma vez que sendo resultado da transformação da natureza pelo trabalho, ele é parte de um todo. Assim, entendemos que o espaço geográfico é formado pelo conjunto natureza e sociedade e contém assim, todos os tipos espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza, que transformam o espaço geográfico, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares.

Milton Santos inspirado em Lefebvre chegou a afirmar que:

o espaço natural só teria existido até o momento anterior àquele em que o homem se transforma em homem social, através da produção social. A partir desse momento, tudo o que se considera como natureza primeira já teria sido transformado numa segunda natureza, isto é, no espaço social ou geográfico. Deste modo, o espaço social seria aquele criado pelo trabalho humano como natureza segunda, natureza transformada, natureza social ou socializada (SANTOS, 1980: p.163).

Já por território, adotamos a concepção do geógrafo Claude Raffestin (1980) para depois alcançar o conceito de território de esperança cunhado e desenvolvido por Moreira (2006-2018).

Segundo o primeiro autor, o território é resultado da apropriação de porções do espaço pelo homem, logo;

espaço é anterior ao o território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143)

Raffestin (1993), compreende ainda que o território produzido revela relações de poder, seja por pessoas ou grupos e isto é inerente em qualquer sociedade. Podemos entender deste modo, que uma porção do espaço agrário submetida a uma condição de disputa, entre agricultura capitalista e agricultura camponesa, pode ser entendido enquanto um território.

Buscando entender as porções do espaço ocupados pela agricultura camponesa, das que são objeto de disputa entre proprietários fundiários e trabalhadores sem-terra, das que são conquistadas na luta por terra e das que vivenciam a luta camponesa pela sobrevivência nas terras conquistadas pela luta ou por outras formas de acesso, Moreira constrói o conceito de Território de Esperança, definindo que este:

Surge de dentro do território capitalista rompendo com a sua lógica clássica, mas, simultaneamente, sendo um resultado do próprio caráter assumido pelo desenvolvimento contraditório e combinado do capital. Não se trata, pois, de um território gestado por um amplo processo revolucionário, mas pela rebeldia e pela insurgência contra a ordem estabelecida podendo se constituir numa possibilidade transformadora. Por isto ele só pode ser entendido como parte integrante de um processo. Daí o território de esperança se constituir num “território em movimento, vivo, que experiencia um processo contínuo de (re) criação, (re)definição, (re)delimitação. Território inacabado, por conseguinte, sujeito a contradições, avanços, retrocessos, ganhos e perdas”. Território de esperança que não quebrou as amarras com o capital apenas a ele resiste, não conseguindo emancipar-se (MOREIRA, 2018, p.6).

No espaço agrário, a divergência de interesses entre o território da agricultura convencional, representada pelo agronegócio e o território campestre, representado pela agricultura camponesa, produz dois processos – espacialização e territorialização - fundamentais para entendermos a conflitualidade entre esses opostos.

Em princípio, entendemos o processo de espacialização, segundo Fernandes (1999), como o registro no espaço social de um processo de luta, "É escrever o espaço por intermédio de ações concretas como: manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupações e reocupações de terras, etc" (1999, p. 136).

O processo de territorialização, também de acordo com Fernandes (1999), pode ser compreendido como o processo de conquista de uma fração do território, designado como Assentamento Rural; isto só se torna possível por meio da organização e luta da classe camponesa que por muitas vezes dedicam suas vidas à luta social, enfrentando instâncias de poder – políticas, jurídicas, donos de terra, grandes empresas.

Além das categorias de análise e dos conceitos adotados no trabalho, para seu desenvolvimento fez-se necessário utilizar uma série de pesquisa, tais como: a) levantamento bibliográfico, por meio de artigos, monografias, dissertações, teses e livros; b) levantamento de dados secundários, por meio dos livros “Por um Pedaco de Chão”, volumes I e II de Emília Moreira (1997), dos Cadernos de Conflitos da CPT, do Banco de Dados da Rede Data Luta e do INCRA; c) confecção de mapas, gráficos e tabelas a partir dos dados secundários levantados e trabalhados com o software livre Philcarto e pelo Excel.

Para os mapas, optamos por uma cartografia crítica, afim de fazer da cartografia um instrumento de representação da realidade que envolve a luta pela terra e a violência no campo paraibano. Os dados sobre os conflitos referentes ao período de 1974 a 1996 foram levantados do livro “Por um Pedaco de Chão”, volumes I e II de Emília Moreira (1997), o qual, por sua vez, teve como fontes documentos e processos do INCRA, da CPT e da FETAG, além da pesquisa direta junto aos sujeitos sociais. Esses dados foram agregados por município e originaram mapas temáticos.

Observamos na leitura pormenorizada da obra selecionada que em uma área de conflito, ocorriam vários conflitos uma vez que depois de expulsos ou calados pela ação repressora durante algum tempo, os trabalhadores retornavam a luta em anos seguintes na mesma terra. Porém nem sempre eram todas as famílias do conflito anterior e as estratégias de luta nem sempre eram as mesmas daí nossa orientadora ter nos sugerido contabilizar o segundo momento do conflito como um novo conflito.

Apenas no ano de 1988, somamos os conflitos identificados na obra de Moreira (1997), com os publicados no caderno de conflitos da CPT uma vez que não se tratavam dos mesmos.

Identificamos os seguintes conflitos presentes no livro de Moreira e no Caderno de Conflitos, tendo, portanto, contado apenas uma vez para efeito de registro: Sítio Gurugi, Fazenda Sítio, Fazenda Santa Clara, Aldeia Jacaré de S. Domingos.

Encontramos alguns conflitos identificados por Moreira (1997) e que não constam nos Cadernos de Conflito quais sejam: Fazenda Baixa Verde, Fazenda Geraldo, Santa Clara, Fazenda Santa Cruz, Fazenda Serra Verde, Fazenda Sítio, Sítio Mumbaba.

Sete conflitos foram registrados apenas pelo Caderno de Conflitos da CPT: Sítio Barra Nova, Fazenda Genipapo, Varelo de Cima, Sítio Jacarateá, Sítio Catolé, Engenho Fazendinha, Sítio Anta do Sono.

Como as informações contidas na obra “Por pedaco de chão” compreendem o período de 1974 a 1995, a partir de 1996 até 2018 os dados foram colhidos dos Cadernos de Conflitos da CPT.

De 1974 a 2018 foi possível registrar o total de conflitos que eclodiram no estado, o número de famílias em conflitos e a área (ha) abrangida por conflitos agrários na Paraíba. Chamamos a atenção para o fato de que 23 conflitos constantes na obra de Moreira (1997), não têm data registrada.

Observamos que os Cadernos de Conflitos da CPT de 1985 a 1996 (com exceção de 1988), apesar de não detalhar as ocorrências de conflitos e sim acusar a quantidade de

conflitos por estado, muitos desses anos acusou mais conflitos do que os colhidos por Moreira (1997) nas suas fontes. Assim aconteceu em 1995, onde as fontes de Moreira (1997) não acusaram conflitos, porém o Caderno aponta que houve 14 conflitos. Isso se deve possivelmente ao fato de que a CPT recebe as informações diretamente dos movimentos e da CPT estadual e não de documentos secundários.

É importante destacar que constatamos entre 1974 a 1989 a ocorrência de conflitos unicamente de resistência.

A respeito dos dados de ocupação, compreendendo que a estratégia de ocupação em conflitos de terra passa a ser predominante na Paraíba a partir do ano de 1989, colhemos os dados de ocupação de 1989 a 2018 por meio do banco de dados da CPT.

Foi possível colher dados referentes ao total de ocupações, número de famílias em ocupações e área (ha) do imóvel ocupado ou a partir de 2006, a área do imóvel cuja desapropriação era requisitada. Esses dados também foram agregados por município e originaram mapas temáticos.

Para os dados de projetos de assentamentos criados no estado entre 1986 e 2018, utilizamos os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Quanto aos dados de violência, cobrimos o período de 1974 a 1985 através das informações contidas na obra de Moreira (1997) e o período de 1986 a 2018 com base nos dados registrados nos Cadernos de Conflitos da CPT.

Em relação aos dados de 1974 a 1985 as categorias de violência por nós utilizadas foram as seguintes; a) violência contra pessoa; número de assassinatos, número de conflitos com prisão, número de conflitos com agressão, número de conflitos com ameaças de morte, tentativa de assassinato; b) violência contra a posse ou propriedade: número de conflitos com expulsão, número de conflitos com despejo, número de conflitos com destruição de casas, número de conflitos com destruição de roças / benfeitorias.

Para o período de 1986 e 2018 utilizamos as categorias adotadas pela CPT, quais sejam; a) violência contra a pessoa: número de assassinados, número de presos, número de agredidos, número de ameaçados de morte, tentativas de assassinatos; b) violência contra a posse ou ocupação: número de famílias expulsas, número de famílias despejadas, número de famílias ameaçadas/tentativa de despejo, número de famílias ameaçadas/tentativa de expulsão, número de famílias vítimas de casas destruídas, número de famílias vítimas de roças destruídas, número de famílias vítimas de bens destruídos.

Em 1997 a CPT optou pelo número de vítimas de casas destruídas e não por famílias vítimas de casas destruídas como optara nos outros anos. Por isso, para adequar aos nossos dados, dividimos o número de vítimas neste ano que foram 1384, por 4, que seria o número médio de pessoas por família utilizado nas pesquisas de nossa orientadora com base nos dados do censo demográfico mais recentes, dando assim como resultado 346 famílias, o que estimamos ser indicador de 346 casas destruídas.

Nosso trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro, intitulado “Conflito e Violência no Campo: em busca de conceitos geográficos”. O segundo: “As raízes comuns dos conflitos e da violência no campo latino americano: da apropriação inicial dos territórios, à saga imperialista e os neogolpes”. E por último, o terceiro capítulo que aborda o “Conflito Agrário e a Violência no Campo Paraibano”.

Esse trabalho só se tornou possível pelas atividades de pesquisa que pude participar como bolsista ao longo da graduação com a minha orientadora, Emília de Moreira. Primeiro, dentro do Programa de Bolsa e Extensão – Probex, que me possibilitou contribuir com o Banco de Dados da Luta pela Terra – Rede DATALUTA. E depois, participando do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. Nestas oportunidades pude me dedicar a estudar Geografia Agrária, principalmente a realidade paraibana, e chegar a esta pesquisa com vivências necessárias à minha formação. Desta forma, enfatizo a importância do incentivo à pesquisa e à extensão para a garantia de uma universidade pública de qualidade.

CAPÍTULO 1| CONFLITO E VIOLÊNCIA NO CAMPO: EM BUSCA DE CONCEITOS GEOGRÁFICOS

A fim de alcançarmos um conceito de conflito e violência agrária dentro da perspectiva geográfica, transitaremos entre outras áreas do saber, especialmente a sociologia, que vem se dedicando a entender estes fenômenos a partir das estruturas sociais.

1.1 DA NOÇÃO DE CONFLITO À CONCEPÇÃO DE CONFLITO AGRÁRIO

No que se refere ao conflito, o termo é bastante genérico e são várias as concepções e definições ao longo do tempo conforme as áreas do conhecimento, isto por ser um fenômeno presente em todas as relações humanas. Nos interessa enveredar inicialmente no conceito de conflito político e social para alcançar a definição de conflito agrário.

Do ponto de vista teórico, há, entre as perspectivas sociológicas clássicas, divergência na definição de conflito, principalmente entre o paradigma do funcionalismo representado por Auguste Comte e Émile Durkheim, e a perspectiva marxista e weberiana, reconhecida por conflito social. O sociólogo Pierre Birnbaum ao estudar essas perceptivas, antecede que apesar das divergências os conflitos são reflexos da própria organização social que se observa.

No próprio cerne das mais diversas filosofias sociais, assim como nas teorias sociológicas de ontem e hoje, o conceito de conflito ocupa quase sempre um lugar essencial. Desde logo, evoca duas antinomias clássicas entre integração e ruptura, consenso e dissenso, estabilidade e mudança, de tal forma a oposição entre o conflito e a ordem se inscreve no próprio fundamento do sistema social (BIRNBAUM, 1995, p. 249)

O funcionalismo compreende este fenômeno como uma anormalidade dentro de uma sociedade, podendo ser a causa e o efeito de um mal funcionamento de suas estruturas. Sendo assim, os conflitos como um fator externo à própria sociedade, e por isso deve ser evitado para alcançar consenso entre as partes. Muitos teóricos rejeitam esta teoria pois compreendem que ela confere invisibilidade a fatores estruturantes nas sociedades, dando ênfase aos efeitos dos conflitos e ignorando suas causas, caindo na busca por uma coesão social quimérica.

A perspectiva marxista, não compreende o conflito enquanto patologia, mas sim como uma consequência inevitável dentro de qualquer sociedade, pois também entende que nenhuma se encontrará em perfeita harmonia. O conflito é inerente, por exemplo, em uma sociedade capitalista, uma vez que as relações entre as classes antagônicas são caracterizadas pelas divergências de interesses.

Simmel (1983) desenvolveu a teoria clássica dos conflitos na mesma perspectiva. Para ele, o conflito deve ser visto enquanto uma sociação², um fenômeno que está destinado a resolver dualismos divergentes para alcançar algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes. Deste modo, assim como Marx, Simmel encara conflitos como socialmente importantes para a transformação de uma sociedade, como diz no Manifesto Comunista, escrito por Karl Marx, em 1847: “A história de toda a sociedade que existiu até o presente é história de luta de classes”, em outras palavras, de conflitos entre classes divergentes.

Na mesma perspectiva do conflito, enquanto provocador de transformações, Lucena Filho (2012) afirma que:

(...) não é o consenso social o mantenedor da coesão e das estruturas sociais. Ao contrário. Deve-se à conflitualidade as devidas evoluções, dinâmicas e estabilidade necessárias à vida social, focalizando em bases sociais cujo espelho reside no entendimento dos grupos e suas controvérsias tendo suas contradições como referência, as quais, segundo Dahrendorf, são impossíveis de serem eliminadas no âmbito das sociedades históricas e são produzidas a todo o tempo (LUCENA FILHO, 2012, p. 13)

Dentre as principais teorias sobre conflito se percebe que o debate está longe de ser superado, principalmente quando se discute as consequências das conflitualidades e os modos de resolução. Mas não nos cabe neste momento essa discussão. Nos cabe definir e alcançar a definição de conflitos agrários levando em consideração sua causalidade estrutural. De antemão fica claro que a visão estrutural-funcionalista não contempla nosso trabalho por entender conflitos de modo maniqueísta, tendo ausência de causa. Ou ainda as teorias mais contemporâneas como pós-modernas, acreditando que a modernização econômica vem reduzindo os conflitos. Ambas acabam negligenciando o embate de classes e suas expressões.

Simmel sugere que devemos observar à relação resultante entre as forças e as formas cristalizadas socialmente resultantes dos conflitos. Ele é um fator de transmutações e reordenações históricas, ao se

² George Simmel construiu o conceito de “sociação”, para designar as formas como os atores sociais se relacionam tentando demonstrar as relações dos atores sociais são múltiplas e nem sempre convergentes, podendo ser conflituosas.

constituir numa parte aderente à sociedade. A união ou a desunião resultante do conflito é um instante em que as partes se enfrentam e não se identificam enquanto semelhantes. Mas, o interessante, é que o conflito é uma dimensão que estipula limites e circunscreve espaços, ao crivar o singular e o desigual das partes constitutivas das sociações. (ALCANTARA, 2005, p.10)

Para alcançarmos o conceito de conflito agrário, se fez necessário entender a relação entre espaço, território e questão agrária. Na questão agrária, conflito é uma consequência do processo de produção do espaço agrário. De forma ampla compreendemos espaço como produto da relação entre natureza, sociedade e trabalho; já por território, toda porção do espaço delimitada por relações de poder. Nesse sentido concordamos com Moreira quando afirma que:

Entendendo o espaço como a natureza transformada pelo trabalho ao longo do tempo histórico e o território como uma porção desse espaço, chega-se ao entendimento que tanto no espaço quanto no território a natureza está presente embora constantemente modificada pelo trabalho do homem (MOREIRA, 2002. p.4)

No espaço agrário, a divergência de interesses entre o território da agricultura convencional, representada pelo agronegócio, e o território campesino, representado pela agricultura camponesa assistida ou não pelos movimentos sociais do campo, produz dois processos – espacialização e territorialização – fundamentais para entendermos a conflitualidade entre esses opostos.

No que se refere propriamente ao conceito de conflito agrário, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, considera que ele consiste em:

Ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas (CPT, 2010, não paginado).

Para a CPT o conflito de terra no Brasil se caracteriza:

(...) ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaquais, ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, camponês, ocupantes, sem terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc. (CPT, 2010, não paginado).

As ocupações enquanto lutas de enfrentamento pelo direito à terra, são também entendidas pela CPT e pelo Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA, como conflitos de terra. Assim sendo, ocupações e/ou retomadas:

São ações coletivas das famílias sem terra, que por meio da entrada em imóveis rurais, reivindica terras que não cumprem a função social; ou ações coletivas de indígenas e quilombolas que reconquistam seus territórios, diante da demora do Estado no processo de demarcação das áreas que lhe são asseguradas por direito (CPT, 2010, não paginado).

Apesar das conflitualidades agrárias - que segundo Girardi (2008) são formadas pelo conjunto de conflitos que, ao serem resolvidos, levam ao desenvolvimento - terem crescido de modo expressivo, principalmente com a redemocratização do país, poucos são os procedimentos utilizados pelo Estado para a sua resolução tornando a questão agrária distante de ser solucionada.

O Estado brasileiro nunca se interessou em democratizar o acesso à terra. Ao contrário, através das políticas e programas agrícolas que desenvolve, vem contribuindo para viabilizar a dominação do capital no campo, abrindo os caminhos necessários para a exploração da agricultura de modo capitalista em grandes unidades de produção. O resultado disso é a expulsão/expropriação maciça do produtor direto (MOREIRA, 1997, p. 295)

Desde 1985 a CPT vem se comprometendo com uma ampla pesquisa sobre a questão agrária nacional e levantando dados acerca dos conflitos no campo, trabalhando diversas categorias, e incluindo dados sobre violência. Nesse sentido vem realizando e atualizando os registros, denúncias e contribuindo com a produção científica. Por isso, os Cadernos de Conflitos no Campo colaboram de forma direta nesta pesquisa.

1.2 DA NOÇÃO DE VIOLÊNCIA AO CONCEITO DE VIOLÊNCIA NO CAMPO

Etimologicamente, o termo violência deriva do latim – violentia -, o que age pela força. Para atingirmos a noção de violência que nos levará a uma reflexão dentro do campo da Geografia agrária, faz-se necessário entender que este fenômeno pode estar inserido dentro de várias tipologias de dominação, entre elas, gênero, classe, raça, religião, ou até mesmo no campo simbólico. Por isso, faremos desde então um recorte:

nosso objeto principal é a violência de classe, praticada no exercício do poder de uma classe sobre a outra. Embora no espaço agrário a violência se expresse em muitos desses recortes, como raça e gênero, será a violência da expropriação da terra, que atinge todos os recortes da classe camponesa, o nosso foco.

No campo sociológico a violência é entendida como um fenômeno de caráter sócio histórico e humano. Humano, uma vez que nenhuma sociedade está livre de reproduzi-la, seja em seus indivíduos, em grupos constituídos por minorias, a partir do uso da tirania e do autoritarismo, de privilégios perdurantes ou qualquer outra forma que estruturas contraditórias que uma sociedade mantém. Sóciohistórico, porque a violência precisa ser analisada de acordo com a sociedade que a produz dentro de suas especificidades conjunturais. Cada sociedade, em épocas diferentes, apresenta formas particulares de violência. Há por exemplo, uma configuração peculiar da violência social, econômica, política e institucional no Brasil, que é diferente da França, China, etc. Da mesma forma que a violência social da época da colônia brasileira não é a mesma que se vivencia hoje.

Dentro da sociedade de classes, a violência pode ser considerada um dos instrumentos que assegura a reprodução do capital e preserva a propriedade privada na mão da classe dominante. Assim, é usada enquanto instrumento de poder num conflito social ou político.

A violência seria uma maneira de manter esse estado de coisas de forma institucionalizada e referendada pelo Estado, para garantir a propriedade, a partir da ação de um poder armado sob seu controle (Engels, 1979) Essa violência é aquela entendida como violência estrutural, considerada por Engels como típica da sociedade capitalista, consequência da contradição fundamental da sociedade (capital e trabalho), e define as formas de repressão social que asseguram que os conflitos sejam contidos, reprimidos e atenuados, quer pela força repressiva em si (ALMENDRA, BAIERL, 2007, p.271).

Nessas circunstâncias, a violência como mantenedora da ordem burguesa é construída de modo subjetivo como uma violência que deve ser tolerada. Para o psicanalista Ab'sáber (2015), esta ordem se recusa, de forma arbitrária, a aceitar as leis que estruturam o próprio Estado e a negar os direitos universais ocidentais, provocando assim uma ordem acima da lei.

Aliada a essa ordem, internamente o Estado também reproduz sua própria violência enquanto Estado-nação, indo contra os interesses da sociedade que julga governar. Para efetivar o uso da violência o Estado recorre aos agentes sociais, que segundo Ab'saber (2015) são representados pela polícia, ou melhor, pelas várias polícias,

reais ou imaginárias que recebem do Estado seu mandato não escrito e goza do privilégio de ser sujeito desse desejo social da “ordem acima da lei”.

Ao mesmo tempo que há violência tolerada, há violência condenada, condenação essa também construída no subjetivo da sociedade. Destacamos aquela que é colocada em exercício como modo de resistência contra as formas de opressão. Assim ocorre nos processos revolucionários de emancipação dos povos, ao longo da história de disputa de classes.

A violência contra o poder do Estado tem-se manifestado, no período republicano, em várias formas: motins, saques, bandidos sociais, rebeliões e revoltas. Mas também as violências têm assumido formas de lutas sociais, movimentos milenaristas, movimentos sociais e tentativas de revoluções (SANTOS, 2017, p.76).

Paulo Freire (1983), que em sua essência usou o diálogo enquanto projeto libertador, de certo modo criou um paradoxo ao retirar o caráter violento da luta dos oprimidos. Compreendeu que não há possibilidade de serem os oprimidos a inaugurarem a violência, por mais que isso esteja sendo repetido na hipocrisia cotidiana. Questiona, “como poderiam ser os promotores de algo que, ao instaurar-se objetivamente, os constitui?” E responde: “é na resposta dos oprimidos à violência dos opressores que vamos encontrar o gesto de amor” (PAULO FREIRE, 1983, não paginado)

Na América Latina, a desigualdade econômica e social são a expressão da violência mais presente e mais antiga que existe desde sua invasão. Os primeiros povos a conhecerem a violência foram as nações ameríndias durante o processo de colonização. A partir da invasão espanhola em 1492 e em seguida com a busca pelo Eldorado, em muitos territórios, como nas Antilhas, os indígenas foram completamente exterminados. Por toda a América, os conquistadores usaram das táticas fundamentadas na barbárie até as mais modernas táticas de violência contra as nações. Só no Brasil, o período colonial dizimou cinco milhões de índios (CIMI, 2014).

O passado colonial deixou heranças que esclarecem a violência que é intrínseca aos conflitos agrários. A violência executada contra os povos indígenas e contra o povo negro escravizado foi a forma que o modo de produção escravista colonial impôs para se sustentar e destruir outros formatos de sociedade e qualquer símbolo de resistência econômica, social e cultural. Assim ocorrerá com os quilombos, que em períodos de clandestinidade, eram territórios de resistência para aqueles que fugiam do trabalho escravo e por isso sofriam inúmeras ofensivas por parte dos colonizadores.

Apesar da transição do trabalho escravo para o trabalho livre (transformação que não ocorrera para mudar os conflitos ocasionados pela violência do sistema escravista, mas sim, para preservar e adequar a economia mercantilista de pactos coloniais), o trabalhador rural, ainda que em condição de homem livre, permaneceu despojado dos meios de produção e de qualquer propriedade. Acerca da realidade agrária paraibana Moreira e Targino (1997) dizem:

Pode-se dizer que a violência no campo tem sido inerente ao controle monopolista da terra. Tal controle, ao delimitar o acesso do produtor direto à terra (seja enquanto produtor autônomo, seja enquanto assalariado), determina também os limites da possibilidade de sobrevivência da população rural. Na vigência do “sistema morador”, esta delimitação era quase que absoluta, pois eram restritas as possibilidades de inserção produtiva na economia urbana, em virtude da sua fragilidade e incipiência. Isso ampliava o poder dos senhores de terra sobre a vida dos moradores. Nessa época, paternalismo e violência era faces gêmeas do exercício do mando latifundiário (1997, p.320)

A comissão Pastoral da Terra - CPT, conceitua violência como sendo o “constrangimento e/ou a destruição física ou moral exercidos sobre os trabalhadores e seus aliados. Esta violência está relacionada aos diferentes tipos de conflitos registrados, e às manifestações dos movimentos sociais do campo”. Ainda de acordo com a CPT de 1985 a 2017 foram assassinadas 1.812 pessoas por envolvimento em conflitos por terra no Brasil.

O latifúndio, historicamente, tende a usar a violência para cessar o conflito, sem que haja resolução. Assassínatos, despejos, articulações criminosas com o Estado e o Judiciário, ameaças de pistolagem, trabalho escravo, expulsões, são algumas das ações cometidas por aqueles que buscam o monopólio da terra através do controle político e social.

Para Feliciano (2016), torna-se possível apresentar o uso das violências contra a classe trabalhadora no campo a partir de três tipologias: a) violência contra pessoa; b) violência contra a forma de ocupação do território; c) e violência contra os bens produzidos pelo sujeito camponês.

A primeira tipologia, violência contra a pessoa, segundo Feliciano (2016), é aquela ocasionada contra o sujeito social do campo e é encontrada nas formas de luta: luta pela terra e pela reforma agrária, protagonizadas por sem terras e camponeses posseiros; lutas pelo território, protagonizadas por aqueles que possuem uma identidade histórica com o território e que desejam permanecer/retomar, como indígenas,

quilombolas e caiçaras; luta pelo trabalho no campo protagonizadas por aqueles trabalhadores que têm vínculo empregatício com a terra e luta por seus direitos trabalhistas; e por último, aqueles que estão em condição de apoiadores da luta pela terra, agentes de mediação, também vítimas da violência no campo, assim como a execução do professor universitário Marcus Vinicius no Recôncavo Baiano, vítima de uma emboscada a mando de latifundiários, em 2014.

A segunda tipologia diz respeito à violência cometida contra os processos de ocupação e posse de latifúndios improdutivos. A ocupação de terras vêm sendo a estratégia definidora dos movimentos socioterritoriais. É por meio dela que se torna possível romper com o modo capitalista de produção, dentro dele, e que por isso conduz a um conflito. Ameaças de despejo e expulsões, são algumas das práticas violentas que parte do Estado com seu aparato judicial e policial ou por parte dos próprios latifundiários.

A terceira tipologia, entende-se pela violência contra os bens produzidos pelo sujeito camponês, como a destruição de produção, de casas, retirada de acesso hídrico etc. Nesse caso Feliciano (2016) entende que: “os bens materiais construídos como fruto do trabalho individual, familiar, coletivo ou comunitário tem um sentido muito forte no campo, pois geralmente são resultados de um conhecimento tradicional, baseado no esforço e na dificuldade que vai além do significado ou valor material” (p.92)

No estado da Paraíba, a violência acompanhou todo o curso da formação de seu espaço agrário. Este foi subordinado inicialmente para atender os interesses da elite colonizadora, através da monocultura voltada pra a exportação, excluindo do acesso à terra os trabalhadores e explorando a mão de obra escrava ou mediante relações de trabalho não tipicamente capitalistas. Com a subordinação real da agricultura ao capital, a violência, segundo Moreira (2018), vai assumir todas as formas já citadas acrescida da intensificação e da precarização do trabalho.

CAPÍTULO 2 | AS RAÍZES COMUNS DOS CONFLITOS E DA VIOLÊNCIA NO CAMPO LATINO AMERICANO: DA APROPRIAÇÃO INICIAL DOS TERRITÓRIOS, À SAGA IMPERIALISTA E OS NEOGOLPES

Passamos na história por um momento em que as convulsões políticas na América Espanhola e no Brasil mais uma vez, se assemelham e entram em evidência, o que reforça um referencial identitário. Ao mesmo tempo que existe essa identidade existe também as particularidades que são inerentes a cada um. Por esses motivos, trazer para a discussão o continente latino americano nos pareceu um desafio e essencial dentro de nossa conjuntura. Não nos propomos a fazer um estudo comparativo entre esses dois enquadramentos – regional e continental -, mas sim um breve resgate conceitual-histórico para melhor compreensão do nosso objeto; o campo agrário paraibano e suas características inerentes ao modelo convencional de agricultura, o conflito e a violência.

Para entender o processo histórico relacionado aos conflitos e à violência no campo latinoamericano nos apoiamos principalmente em autores clássicos, como Eduardo Galeano com *As veias Abertas da América Latina*; Josué de Castro e sua obra *Sete Palmos de Terra e um Caixão* e Ruy Mauro Marini, com a obra *Dialética da Dependência* que nos possibilitam compreender a dinâmica do continente marcada pela dependência a países centros e pela superexploração da força de trabalho do seu povo.

Outra base de apoio para os estudos deste capítulo, foi a reunião de artigos no livro *Campesinato e Agronegócio na América Latina: A Questão Agrária Atual*, organizado por Bernardo Mançano e publicado em 2008. Este é resultado de encontros entre pensadores da América Latina do Grupo de Trabalho em Desenvolvimento Rural do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clacso). A Clacso vem contribuindo nos últimos anos para o debate acerca das conflitualidades do campo no continente, colocando em debate as semelhanças e diferenças dos territórios. E dentro de uma perspectiva crítica, analisando os efeitos das políticas neoliberais na vida da classe camponesa.

O período sociohistórico que tomamos como referência para trabalharmos a geograficidade dos conflitos agrários na Paraíba, são os anos de 1960, cujos traços sociais políticos e econômicos foram muito similares em todo o continente latino americano. A luta de classes, dentro do clima de guerra fria, encontrava motivações comuns, principalmente no campo. Porém para entendermos como se estruturou essa tradição conflituosa na Paraíba, a partir do panorama continental, não bastará tomar como ponto

de partida o período pós-guerra, será necessário também trazer em discussão as formações socio históricas do período colonial e neocolonial que se enraizaram em toda a América Latina.

Apesar de toda diversidade contida nos espaços agrários latinos e nas suas formas de organização da produção e de ocupação da terra, o funcionamento dessas formas se mostra dependente não apenas da organização interna de cada território, mas também dependentes de uma unidade produtora estrutural. Por isso, todos esses países, que em comum tiveram um passado colonial, se inserem dentro de uma ordem social rural específica.

O modo de produção e a estrutura de classes de cada país da América Latina, tem sido determinado, desde as primeiras invasões, em benefício dos países centrais. As colônias americanas foram exploradas para o avanço do mercantilismo capitalista na Europa. O ouro, a prata e o açúcar combinado com o trabalho forçado, possibilitou que a terra e o trabalho virassem mecanismos geradores de riqueza a países centrais. Para isto foi estabelecido no continente estruturas de dominação que ainda estão em curso. Enquanto na Europa houve um momento de transição do mercantilismo para o capitalismo, a América Latina ficou subordinada a um modelo contínuo e permanente pela ordem do capitalismo dependente, como defende a tese de Trotsky do desenvolvimento desigual e combinado³.

A colonização instalou no continente a barbárie, com os primeiros invasores que aqui aportaram trazendo em uma mão a espada e em outra mão a cruz, introduzindo, de forma autoritária e violenta, entre seus habitantes, o espírito do cristianismo. “Infelizmente os conquistadores usaram melhor a espada do que a cruz.” (CASTRO, 1967, p. 177) Mas é bom lembrar que a violência dos opressores, neste processo, se estabeleceu antes mesmo do conflito. Darcy Ribeiro narra que mais da metade da população originária da América morreu no primeiro contato com os homens brancos em virtude das epidemias provocadas por doenças que os europeus traziam consigo, como a varíola, o tétano, a lepra.

Na gênese da história contínua de saque e exploração da América, a substância que motivou dar ponto de partida a este processo violento, foi a cobiça pelo os recursos naturais, que combinados ao extermínio dos povos originários e a superexploração da sua força de trabalho “geraram um terreno fértil para a consolidação, manutenção e ampliação

³ Ler mais em A Teoria da Revolução Permanente, 1930

da riqueza capitalista que surgia na Europa à custa da anexação colonial dos demais continentes” (TRANSPADINI, 2016, p. 125).

Para tanto, primeiramente, os europeus não se preocuparam em compreender as particularidades do movimento que os povos originários já traçavam em seus territórios, como acontecia em Potasí na Bolívia, em Cusco no Perú ou Tenochtitlán no México - centro comerciais, políticos e econômicos distantes de serem definidos pelo modo de produção primitivo. A falta de cuidado se explica pelo desejo de demonstrar que os povos originários não tinham direito sobre o território que haviam ganhado pela violência. (ROSTOWOROWSKI, 1988).

Já no sul da América, a exploração do trabalho e da terra aconteceu de modo diferente pelas particularidades dos povos originários, caracterizados pelo meio de produção primitivo, desconhecendo o metal. No Brasil, por exemplo, a exploração das mercadorias florestais cobriu o primeiro momento de colonização das costas, que logo se organizaram em grandes plantações de açúcar no Nordeste. Por essas e outras particularidades a terra apresentou, potencialidade para se incorporar ao mercado de importação do trabalho escravo africano, o que trouxe resultados em gerar riquezas capitalistas.

Ao longo do processo, desde a etapa dos metais à provisão de alimentos, cada região se identificou com o que produzia, e produzia o que dela se esperava na Europa: cada produto, carregados nos porões dos navios que sulcavam o oceano, converteu-se numa vocação e num destino. A divisão internacional do trabalho, tal como foi surgindo junto com o capitalismo, parecia-se mais com a distribuição de funções entre o cavaleiro e o cavalo, como diz Paul Baran. Os mercados do mundo colonial cresceram como meros apêndices do mercado interno do capitalismo que emergia. (GALEANO, 1970, p. 41)

Na transformação da terra expropriada, transformada em colônia de exploração, a cana de açúcar foi o segundo motor da conquista. Durante três séculos, este foi o produto agrícola mais importante para o domínio do território americano e conquista do mercado mundial. As várzeas dos rios que cortam a região do litoral do Nordeste, de solo massapê e o clima quente e úmido, mostraram-se ideais para erguer a empresa canavieira. Os canaviais, posteriormente, ocuparam as grandes e pequenas Antilhas e as costas de países como o Peru.

O longo ciclo do açúcar ao mesmo tempo que exterminou as culturas dominantes da América Latina, enraizou sua estrutura desigual e contraditória. Ao tempo que este mercado de economia mercantil, articulado internacionalmente, mantinha sua estrutura interna pendente a característica feudal, utilizava da mão de obra escrava e da estrutura

do latifúndio. Combinava deste modo o capitalismo mercantil, o feudalismo e a escravidão.

Mesmo após as guerras de independência, a estrutura agrária colonial vinculada à concentração da propriedade agrícola continuou sendo estimulada. O mercado açucareiro, por exemplo, manteve suas origens no seu modo de organização da produção, e mostrou que quanto mais cobiçado um produto, maior o subdesenvolvimento a que está condicionado o território. O Haiti, antes de conquistar independência, chegou a ter a produção açucareira mais expressiva do continente, em consequente, as mais duras contradições. Ao mesmo tempo que chegava a duplicar o número de escravos em menos de dois anos, o açúcar não permitia espaço para outras culturas agrícolas, até que a fome fez eclodir a revolta popular pela independência, as plantações foram queimadas e os colonos expulsos. Apesar disso, ainda tenta se reinventar das ruínas e permanece hoje o país mais pobre da América Latina (GALEANO, 1970, p.78). Apesar da referência que usamos ser de 1970, ainda hoje o Haiti é o país mais pobre da América, com o menor índice de desenvolvimento humano (IDH) entre as Américas, segundo o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (UNDP).

No Nordeste brasileiro, o açúcar consolidou o tripé em que se apoiou a economia regional até o final do século XVIII: o latifúndio, a monocultura e o braço escravo. O latifúndio nesta região se consolida com a manutenção dos interesses da classe dominante desde a concessão das sesmarias que se originou pelos princípios do monopólio feudal. A lavoura independente nunca teve espaço para competir com as grandes propriedades. A própria legislação protegia os latifundiários, ao proibir a produção de aguardente em pequenas engenhocas e algodão em reduzidas glebas (CASTRO, 1967). Com o declínio do regime das sesmarias em 1822, de terras não cultivadas e devolutas foram sendo ocupadas pelo pequeno camponês, fato que se tornava cada vez mais corrente. Surge uma nova fase da vida agrária, que se divide entre a grande propriedade e a propriedade camponesa.

Com ele surge nova fase da vida agrária brasileira, pois sua luta por novas formas de apropriação da terra foi que tornou possível, mais tarde o desenvolvimento de dois novos tipos menores de propriedade rural: a propriedade capitalista e a propriedade camponesa. (CASTRO, 1967, p. 134)

Com o aumento do número de pequenas propriedades, surge a lei de Terras para garantir a manutenção e dominação da grande propriedade. A Lei de Terras de 1850 seguida da lei Áurea de 1888, acabam pouco a pouco as fortalezas dos senhores de engenho e sua classe, essencialmente escravista, porém são substituídas por uma nova

classe dominante, a dos usineiros. Essa estrutura, apesar de modernizar o processo de fabricação do açúcar, mantinha as características arcaicas do latifúndio – monopólio da terra e exploração da força de trabalho:

A usina é um estabelecimento voltado para a produção de açúcar. Trata-se de uma empresa fabril que exerce também a atividade agrícola. Ela surgiu apoiada pelo poder público, não constituindo, portanto, um resultado espontâneo do dinamismo do setor açucareiro, mas uma das várias formas por ele encontrada para garantir sua sobrevivência (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.58)

Por toda a América Latina, as oligarquias, às custas da monocultura e da exploração da força de trabalho, em maioria negra, prolongavam seus ciclos. A Venezuela experimentou em seu território os autoritarismos dos senhores de cacau, do café e do açúcar. Assim se repetia no Paraguai e na Guatemala com os senhores do algodão.

Nas plantações do Brasil, os salários de fome se alternam com o trabalho servil; nas da Guatemala os proprietários orgulham-se de pagar salários de dezenove quetzais por mês (o quetzal equivale nominalmente ao dólar) e, como se fosse muito, eles mesmos advertem que a maior parte se liquida em espécies ao preço por eles fixado. (GALEANO, 1970, p. 107)

Durante o século XIX, o desenvolvimento político econômico da América Latina definiu diretrizes da organização da produção agrícola do continente: este seria um processo contraditório. Ao mesmo tempo em que a independência e processos políticos posteriores ocasionavam a descentralização do poder, a autonomia regional ou ainda a estabilidade política, o latifúndio tradicional era estimulado pela privatização das terras e pelas relações de dependência comercial com a Europa. Deste modo, se estabeleceu no mundo uma nova divisão internacional do trabalho, que delimitava diferenças estruturais entre países hegemônicos e latino americanos, industrializados e não industrializados. Os países da América Latina ficaram submetidos a produzir alimentos e matérias-primas

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 1973, P.4)

As transformações no campo mantinham suas principais vítimas: os camponeses. A classe camponesa, que historicamente experimenta a relação subordinada aos centros do exterior, luta para libertar-se do subdesenvolvimento. Isto só se torna possível por

meio da organização popular. Lutas específicas, porém unas, por revelarem uma dimensão de poder político e econômico com tendências semelhantes, específicas por revelarem a pluralidade do povo, que apesar de lutarem igualmente pela sobrevivência no campo, trazem consigo culturas diversas – a diversidade da vida. Isto é o que as diferem da classe agrária dominante.

Assim como no resto do mundo, o campesinato latino-americano, protagonizou importantes revoluções contra o avanço do capitalismo. Assim foi no México em 1910, a primeira revolução social do século XX, que para algumas interpretações históricas, como a de Waldir Rampinelli (2011), inaugura a Idade Contemporânea na América Latina. Para o historiador a revolução mexicana é tão, ou talvez, mais influente que a revolução francesa para o continente. A luta armada para a classe camponesa mostrou ser naquele momento a única estratégia possível para estagnar o avanço do liberalismo no campo, que se apropriava de terras dos povos originários por meio das privatizações. No resto da América Latina, levantes camponeses ocorreram inspirados pelo processo mexicano. Em oposição, forças oligárquicas usavam a repressão e o controle social a seu favor. Em alguns países como a Guatemala, a ditadura oligárquica não pode resistir a organização popular.

Mais tarde, o processo da revolução cubana, que já se encaminhava há décadas, teve seu triunfo em 1959. A reforma agrária em Cuba inflamou o debate, os cubanos mostraram que a reforma e o alcance da soberania nacional só poderiam se tornar possível através do rompimento integral com o colonialismo espanhol e o imperialismo estadunidense. O exemplo revolucionário de Cuba, reforçou ainda para o povo campesino do continente, que apesar dos vícios coloniais que permaneciam no campo, eram agora as forças norte americanas que empurravam seus próprios interesses para a organização da produção a partir da empresa privada estrangeira.

No Peru, a Anderson Clayton controla o algodão e a lã. A Grace Company, o Chase Manhattan Bank, o National City Bank of New York, a Northern Peru Mines, a Marconia Mines, a Good Year, fixam os preços agrícolas e controla 80% das matérias primas. Uma só companhia controla 80% da produção nacional de petróleo. (...) No Chile, a Kennecott Co. e a Anaconda Copper Co. controlam a quase totalidade das minas de cobre. No México toda a extração e a indústria dos metais não-ferrosos. (CASTRO, 1967, p.180- 181)

Estes são alguns breves exemplos que ilustram o controle das operações econômicas da América Latina pelos monopólios norte-americanos nas décadas de 1950 e 1960. Para o grande capital, realizar seu modelo de modernidade, não poderia tolerar na

América Latina nenhuma forma de resistência. Para isso ocorreu no continente, alianças entre este, as elites internas e as forças armadas, solução encontrada para eliminar o avanço das forças progressistas, que na batalha de ideias tomavam governos, e outros espaços de decisão. Se instalaram em todo o continente, as mais variadas formas de controle político e social, principalmente por golpes civis. No Brasil tem lugar um golpe militar em 1964 que segundo Marini:

a elite militar que encabeça o golpe não só intervém na luta de classes, mas também apresenta todo um esquema econômico-político, o qual consagra definitivamente a fusão de interesses entre ela e o grande capital. Esse esquema é o subimperialismo, a forma que assume o capitalismo dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro (MARINI, 1974, p.191-2).

No Nordeste brasileiro, Josué de Castro (1967) defende que houveram duas descobertas: a primeira pelos portugueses em 1500 e a segunda pelos estadunidenses em 1960. Nesta segunda os levantes camponeses, como as Ligas, motivadas por experiências revolucionárias do resto do continente, voltaram os olhos dos Estados Unidos da América para esse território.

As Ligas foram criando raízes, projetando a sombra de suas verdes esperanças e de suas negras ameaças, pelo país inteiro. Falava-se delas como se fosse o próprio Apocalipse e de Julião, como se fosse o anticristo. Foi neste momento que os Estados Unidos da América redescobriram o Nordeste. E esta descoberta se deve em grande parte ao obscuro e incipiente movimento das Ligas Camponesas. Em fins de 1960, com seu povo extremamente sensível aos perigos da revolução comunista de Fidel Castro em Cuba e à sua possível propagação para o continente, a imprensa norte-americana se lançou com um dramático interesse sobre o Nordeste brasileiro explosivo e ameaçador. (CASTRO, 1967, p.34)

Assim como ocorreu a repressão às Ligas Camponesas no Nordeste (1958-1968), em toda a América Latina, movimentos campesinos foram reprimidos através das violências praticadas pelas oligarquias rurais e pelos Estados, seja pelo aparato policial ou judicial. Assim foi no Paraguai com as Ligas Agrárias Cristianas (1960 – 1980), no Chile, contra a frente camponesa do Movimento Independente Revolucionário - MIR (1965 – 1986), entre outros. Movimentos como estes passaram a representar a emergência do debate da reforma agrária que passa a ficar mais sistemático nos anos 1960, com as contribuições políticas de setores reformistas, como da igreja católica e dos partidos socialistas e comunistas. Em oposição, há a negação do debate da “questão agrária”, para manter em curso a modernização da “revolução verde”.

As Ligas Camponesas foram, nada mais que a própria circunstância. O erro de muitos dos observadores estrangeiros do Nordeste de 1960 foi o de transpor da sociedade que lhes parecia incompreensível para certas individualidades toda a responsabilidade do drama histórico (CASTRO, 1967). Muitas vezes personificavam as circunstâncias de um povo em mártires ou organizações como esta e tantas outras do resto do continente. Mas na verdade não eram estes os verdadeiros protagonistas da narrativa que se tentava compreender, e sim o próprio povo. Os mártires e organizações surgiam por se identificarem com a realidade agrária e seus problemas. E por isso, todos os processos que beiravam ou se faziam revolucionários naquele momento da América Latina só se tornavam possíveis pela sua horizontalidade.

Nas últimas décadas do século XX, a América Latina sentiu os desdobramentos das experiências do modelo neoliberal e que vieram a se consolidar no final da década: a perda de autonomia do Estado em relação ao mercado, ficando ainda mais a serviço das classes dominantes. No campo, as políticas neoliberais acirraram as conflitualidades entre o campesinato e o agronegócio, uma vez que este modelo econômico impôs aos países latinos a lógica da produção intensiva de monoculturas voltadas para atender as demandas econômicas do mercado externo. A dialética da dependência, que como visto, vem se enraizando a séculos, perdura no século XXI e ainda coloca novos desafios à classe camponesa com a ascensão do neoliberalismo. Apesar de tudo, o trabalhador organizado mostra a consolidação de tradicionais e novas bandeiras de luta.

As disputas territoriais entre agronegócio e campesinato mostram especificidades em cada parte do continente. De um lado, para se reproduzir, o agronegócio se adequa a cada território e consegue ser multidimensional, pois cada mercado representado por *commodities* possui estratégias variantes. Do outro lado, as táticas de resistência e enfrentamento também mostram particularidades. Entretanto alguns são os aspectos comuns que marcam as conflitualidades no campo latino no século XXI, entre esses aspectos, a definição de agronegócio e sua tática na disputa territorial- tais como veremos -, uma vez que enquanto sistema predomina em quase todo o continente, com poucas exceções.

As elites agrárias se representam agora pelo modelo do agronegócio, o que as fortalece no sentido financeiro e político, em razão da sua complexidade. Em definição, por Davis e Goldberg (1975), o agronegócio finca exatamente neste termo: um complexo que articula etapas: agricultura, indústria, mercado e finanças. O movimento desse complexo e suas políticas formam um modelo de desenvolvimento econômico controlado

por corporações transnacionais, que trabalham com uma ou mais *commodities* e atuam em diversos outros setores da economia. Deste modo, confere ainda às transnacionais o controle de todos os processos de cada etapa, e nisto o controle sobre a reprodução do campesinato (FERNANDES e WELCH, 2008, p. 48).

Neste processo, muitas são as formas de manter a subordinação e expropriação da vida campesina pelo agronegócio, sendo a violência componente inerente a esse processo. Para garantir o controle do território, a elite agrária usa desde as tradicionais estratégias até as mais atuais para alimentar tensões. Como já classificadas no capítulo anterior ao conceituar violência, a pressão do agronegócio surge por meio das próprias empresas ou por meio do Estado com seu aparato judicial e policial. Mas também se configura dentro do próprio modelo econômico, a partir da superexploração do trabalho, que vem se consolidando pelo aumento da terceirização e verticalização da produção. E ainda podemos considerar, em meio a disputa pelo território, que a violência também surge na intensificação do uso das biotecnologias e dos insumos químicos, que além de interferir em todas as formas de vida, reforçam o abandono da produção de alimentos básicos de consumo.

O grande capital agrícola interfere ainda na geopolítica dos territórios para se manter. Nos últimos períodos do século XXI, a América Latina experimentou fenômenos políticos semelhantes em alguns de seus países, entres eles, o encerramento dos ciclos de governos progressistas, que em alguns casos, ocorreram através de golpes e desestabilizações políticas provocadas pelas elites política e econômica.

Interpretar todos esses fenômenos da conjuntura e, inevitavelmente, seus antecedentes mais próximos, não é uma tarefa fácil pois abarca muitas dimensões. Porém não seria possível deixar de fora nessa discussão nossa reflexão sobre o papel do agronegócio nos últimos acontecimentos que trouxeram tensões políticas ao continente com a ascensão da direita e como isto está diretamente relacionado com a intensificação do conflito e da violência no campo.

. No advento do século XXI, a ascensão por vias democráticas de partidos e coalizões que definem esquerda ou centro-esquerda, provocou no continente o que alguns teóricos definem como maré-rosa. Este foi um momento historicamente único para o continente e que se inaugurou com a eleição de Hugo Chávez na Venezuela em 1998, e em seguida com a vitória de candidatos de esquerda na maioria dos países. As esquerdas chegaram ao poder desses países em um contexto de crise política, social e econômica e por isso se mostraram enquanto alternativa para resistir ao avanço das políticas

neoliberais no continente. Algumas dessas experiências, devido a situação de colapso, foram experiências mais radicais e antissistêmicas, já em conjunturas mais moderadas como no Brasil, no Uruguai, Chile e El Salvador, entre outras. Essas alternativas chegaram ao poder como integrantes de sistemas políticos, aos quais tiveram que adaptar-se ao longo do tempo, em seguidas disputas eleitorais e também em acordos e alianças com forças de centro e de direita. (SILVA, 2018, p.167), o que caracterizou em muitos países sul-americanos a conservação de aspectos liberais, como a abertura ao capital estrangeiro, a permanência da propriedade privada da terra ou da livre empresa.

Entretanto, os aspectos que mantinham as contradições não foram suficientes para prolongar os ciclos da esquerda. Em toda a América Latina, assistiu-se o esgotamento desses ciclos devido as crises políticas e econômicas. Em contraposição verifica-se um avanço da direita, o que poderia ser interpretado como jogo democrático, o que não é fato. Na verdade, uma vez que ficou evidente pelas experiências das últimas décadas, que em países com profundas desigualdades, as esquerdas poderiam em pouco tempo retomar o poder, coisa que os segmentos da direita não poderiam tolerar, esperar por novas eleições, seria um contrassenso. A nova estratégia para se manterem no poder seria os neogolpes.

As velhas e novas direitas e particularmente os poderes fáticos associados a elas não podem contar (ou tolerar esperar) somente com eleições. Talvez por isso vitórias eleitorais de centro-direita com a de Mauricio Macri na Argentina em 2015 convivam com processos de desestabilização de governos legitimamente eleitos e novas formas de golpe como o que derrubou Dilma Rousseff no Brasil em 2016. (SILVA, 2018, p.170)

Em 2009, Honduras foi o primeiro país da América do Sul, a experimentar o neogolpe, a partir da destituição de Manuel Zelaya; em seguida o Paraguai, em 2012 contra o presidente Fernando Lugo; em seguida, o Brasil com a queda de Dilma Rousseff. O internacionalista Tokatlian definiu os neogolpes como:

[O] “novo golpismo” está encabeçado mais abertamente por civis e conta com o apoio tácito (passivo) ou a cumplicidade explícita (ativa) das Forças Armadas, pretende violar a constituição do Estado com uma violência menos ostensiva, procura preservar uma aparência institucional mínima (por exemplo, com o Congresso em funcionamento e/ou a Corte Suprema temporariamente intacta), nem sempre envolve uma grande potência (por exemplo, Estados Unidos) e aspira mais a resolver um impasse social ou político potencialmente ruinoso que a fundar uma nova ordem (TOKATLIAN, 2009, n.p.).

Em outros países, como na Venezuela em 2002 e 2019, ou ainda no Equador em 2010, contra o presidente Rafael Correa e recentemente na Bolívia em 2019, “podem ser caracterizados como golpes e tentativas de golpes clássicos, pela presença decisiva de setores armados do Estado e seu caráter violento e concentrado no tempo” (SILVA, 2018, p. 172). Apesar das especificidades, em todo o continente, os neogolpes e golpes do século XXI, foram motivados diretamente pela intenção do capital agrícola, seja ele representado pelo moderno agronegócio ou pelas velhas oligarquias. Vale ressaltar, que em todas essas conjunturas, movimentos políticos, de faces variantes – liberais, fundamentalistas religiosos, fascistas, foram essenciais para as movimentações golpistas e compondo todos esses, os ruralistas.

O caso mais recente, na Bolívia, a destituição do presidente Evo Morales, contou com o financiamento de ruralistas, como os sojeiros brasileiros. Factualmente, os latifundiários e as empresas do agronegócio se beneficiam com avanços conservadores. Não é de interesse desses setores, linhas políticas que estejam em diálogo com a classe camponesa, ou ainda a linha a política de acesso à terra a esses povos. Optou-se assim na Bolívia, pela ruptura institucional através da violência que forçou Morales à renúncia.

Para o povo camponês, os golpes contra a democracia alavancam os conflitos e a violência no campo. Metidierro (2017), busca compreender de que forma a conjuntura do golpe de 2016 no Brasil influenciou no avanço da violência agrária também a partir dos relatórios de conflitos do campo publicados pela CPT. Em 2016, ano do golpe, analisa que alguns dos dados bateram recordes. Entre eles, o número de assassinatos, que chegou a 58 trabalhadores mortos em conflitos por terra. Em outras categorias de violência, como a condição análoga à de escravo que trabalhadores são submetidos, Metidierro (2017), chama a atenção para uma falsa queda de número, justificada pela suspensão da fiscalização do trabalho escravo, também por parte do Ministério do Trabalho e Emprego. Segundo Mitidierro (2017), quando a violência é lançada contra o povo camponês, ocorre a desterritorialização da luta pela terra. Nesse sentido afirma o autor:

Na perspectiva das disputas por terra no Brasil, a sanha violenta do latifúndio, ora pelo seu braço político, a bancada ruralista, ora pelas mãos armadas dos seus jagunços, constrói, cotidianamente, as páginas tristes e revoltantes do relatório “Conflitos do Campo” da CPT. A desterritorialização da luta pela terra significa o aniquilamento das vidas e dos corpos daqueles que lutam por dias melhores, e quiçá por transformações radicais na organização territorial brasileira. De 2015 a 2017 - antes, durante e depois do golpe político - parece ter aberto uma temporada de caça aos lutadores do campo. O golpe potencializou uma “licença moral” para matar, licença essa que sempre pairou em terras das oligarquias. (MITIDIERRO, 2017, p. 21)

Apesar dos dados estarem sendo negligenciados por irresponsabilidade do Estado, as denúncias não deixam de existir por parte dos movimentos sociais, que criam suas próprias ferramentas para monitorar os dados acerca de conflito, como é o caso da CPT.

Ainda sobre a atual conjuntura brasileira, com a vitória de Jair Messias Bolsonaro em 2018, os atos de violência no campo passaram a ser estimuladas antes mesmo da posse. O discurso bélico somado à criminalização do trabalhador sem terra, dos indígenas, quilombolas e outros povos, já compunha seu plano de governo, que ganhou apoio da bancada ruralista representada pelo agronegócio. No final de 2019, Bolsonaro buscou autorizar a Garantia de Lei e da Ordem (GLO) Rural. O que significa a intervenção das forças armadas para intervir em conflitos agrários sob ordem do presidente da república, dando a garantia de excludente de ilicitude para agentes que participam das ações. Em outras palavras, garantindo o direito por lei aos agentes do Estado (particularmente à polícia) para executar os sujeitos sociais do campo e dos movimentos sociais. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, se posicionou sobre a possibilidade da GLO Rural e em nota complementa que tal medida é sugerida pelo mesmo governo que enaltece o período militar, que se principiou com o Ato Institucional nº 5:

Reiteramos que é importante entender essas medidas do governo sob o espectro das lutas na América Latina. O governo Bolsonaro tenta inibir que qualquer processo de mobilização e manifestação chegue ao país e faça frente às duras reformas promovidas pelo seu governo. Não à toa, temos ouvido cada vez mais membros do governo falar em AI-5, e essas declarações fazem parte do clima político vivido na América Latina e o quanto isso pode ascender aqui no Brasil. (MST, 2019, não paginado)

No espaço agrário paraibano, está inscrita toda a lógica que compõe o território latino americano. Na Paraíba, encontraremos o agronegócio com as mesmas faces; do outro lado, podemos dizer o mesmo, o camponês que se classifica entre aquele que tem acesso precário à terra ou aquele que não tem acesso algum. As violências, físicas ou institucionais e os conflitos no campo, são inerentes a um espaço agrário desigual e contraditório que permeia a realidade latino-americana.

CAPÍTULO 3 | CONFLITO AGRÁRIO E VIOLÊNCIA NO CAMPO PARAIBANO

*Córdeis e violeiros – os nossos guerreiros
Violarão o dia e a noite desigual
Invadiremos terras e plantaremos vida
Até para aquelas bandas do Curimatau Oriental
E todos com bandeiras teses guerrilheiras
Permearão no mundo todas as fronteiras
Repartirão o trigo: frases verdadeiras*

(Saravejo dos Palmares, Tocaia da Paraíba)

Neste capítulo, a partir do levantamento bibliográfico e dos dados secundários coletados apresentaremos a espacialização e a territorialização dos conflitos de terra e a geografia da violência no campo na Paraíba entre 1974 e 2018.

A Paraíba, assim como todo o Brasil e a América Latina, teve a conformação do seu espaço agrário determinada pela subordinação à lógica do capital mercantil em desenvolvimento na Europa. Os metais preciosos e o “ouro branco” retirados ou produzido nas “novas terras” e comercializados na Europa, carregava consigo o suor e o sangue dos povos originários da América Latina e dos negros trazidos da África. Os primeiros,

foram derrotados, privados de sua cultura e crenças, submetidos ao trabalho escravo e às doenças importadas pelos europeus, encontrando seus organismos sem defesas para resistir aos vírus e as bactérias. A quase extinção da população nativa gerou outro genocídio; o de propiciar o repudiável comércio de seres humanos, de arrancar milhões de africanos de sua terra natal para trazê-los como nova mão-de-obra escrava. Apesar da enorme desproporção de forças, os submetidos pelos conquistadores se rebelaram em inúmeras oportunidades. (CERUTI, L. 2017, p.1).

As rebeliões se multiplicaram por todo o continente. Os nativos reagiram e resistiram das mais diversas formas ao avanço descomedido sobre suas terras.

No Brasil, numerosos escravos fugiram das plantações de cana e cacau em direção ao interior. Chegaram a formar quilombos dos quais o mais famoso foi o de Palmares no atual estado de Alagoas.

Em 1791, se instalou uma exitosa rebelião no Haiti, que conseguiu abolir a escravidão e desencadeou uma fuga massiva dos brancos. Treze anos depois, constituíram a primeira república negra da América, cuja constituição considerava todos os cidadãos como negros, independentemente da cor de sua pele.

Na Paraíba não foi diferente. A dominação colonial se enraizou pelo território, iniciando pelo litoral onde implantou o modo de produção escravista-colonial,

substituindo o modo de produção comunismo primitivo⁴ que caracterizava a sociedade nativa. Não encontrando metais preciosos implementou o sistema de “*plantation*” que tinha como elemento enraizador, a cultura canavieira; como unidade fundamental da organização social, econômica e cultural, o Engenho; grandes unidades produtivas, o latifúndio; e a força motora do empreendimento, o trabalho escravo. Dessa forma, o espaço agrário paraibano já surge submetido ao capital mercantil como produtor de cana de açúcar cultivado inicialmente por nativos escravizados e, posteriormente, por negros escravos, em latifúndios. Neste primeiro momento, a hierarquia rural apoiava-se em duas instituições fundamentais: a sesmaria e o engenho, que se transformaram em uma única unidade econômica (CASTRO, 1967).

Durante trezentos anos, o espaço agrário paraibano reproduziu o modo de produção mercantil. A submissão do espaço agrário à dominação colonial engendrou a primeira forma de luta pela terra no estado: a luta dos índios em defesa de sua terra e do seu povo (MOREIRA, 1997). A mais célebre resistência indígena foi a Guerra dos Bárbaros. Moreira e Targino assim descrevem esse momento da luta pela terra e pela vida dos nativos do Sertão:

A reação do indígena sertanejo à sua transformação em cativo e pela defesa de suas terras deu origem à chamada Guerra dos Bárbaros ou Confederação dos Cariris. Esta se estendeu pelos sertões do Nordeste de 1680 a 1730, sendo considerada pelo historiador Irineo Joffily como “*a maior guerra anti-colonialista que já se travou em território brasileiro*”. O saldo foi o extermínio desta população ou sua fuga do nosso território para terras que hoje compreendem o Estado do Rio Grande do Norte (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 30).

Pode-se falar também na resistência negra contra a escravidão e em prol da liberdade que deu origem a vários quilombos no território estadual.

Tem-se, portanto, que a luta pela terra e pela sobrevivência na terra, a luta pela liberdade e por vida digna não são fatos que marcam e marcaram apenas o espaço agrário paraibano na contemporaneidade. A resistência é bem mais antiga, foi gestada ainda no primeiro momento de dominação do território pelo capital mercantil.

Entender esse processo histórico de construção inicial do espaço agrário paraibano foi fundamental para podermos analisar o panorama atual, principalmente para entendermos que há elementos antigos que se perpetuaram e que ainda constituem a

⁴ Termo usado por Karl Marx no Manifesto Comunista para designar sociedades pré-históricas, que antecedem o surgimento do Estado e das classes sociais.

essência da organização espacial: o latifúndio, a exploração do trabalho e a resistência e luta dos trabalhadores com pouca terra e sem-terra.

O predomínio da cana de açúcar e da pecuária na trajetória agrária paraibana, caracteriza bem a essência de que estamos falando, uma vez que, apesar das transformações que ocorreram nessas atividades, são elas que se mantêm desde a colonização enquanto predominantes na paisagem agrária do estado.

Na Zona da Mata, a paisagem ainda hoje é marcada pelas extensas plantações de cana de açúcar. A grande propriedade e a grande lavoura, se adequaram para se manter. Entre crises e momentos de apogeu, a produção de cana de açúcar nesta região, viveu três importantes ciclos até meados dos anos de 1960: o do domínio dos engenhos de açúcar; o da tentativa de implantação dos engenhos centrais e o de domínio das usinas de açúcar (MOREIRA e TARGINO, 1997). Cada um desses momentos originou configurações diferentes do seu espaço agrário, principalmente no que se refere a organização técnica da produção e às relações de trabalho.

A partir da segunda metade do século XVII com a crise que se abateu sobre a economia açucareira nordestina, os senhores de engenho aderiram ao sistema de parceria com lavradores, onde “lhes transferia o custo de produção da cana e ainda se apropriava de uma certa margem de benefícios” (MOREIRA, 1990, p.6). Passaram ainda a admitir a entrada de homens pobres livres nas suas propriedades como moradores de condição ou cambãozeiros (podiam ter um pedaço de terra para plantar, retirar água dos rios e lenha das florestas, construir uma palhoça e em troca davam 2 a 3 dias de trabalho gratuito aos senhores). Dissemina-se no Litoral um campesinato pobre e livre, porém subordinado aos “ditames do senhor”. Esse quadro irá marcar o espaço agrário regional até o início do século XX quando a implantação das Usinas dará início à sua desestruturação.

No Agreste Paraibano, situado entre a Mata Paraibana e as Mesorregiões semiáridas da Borborema e do Sertão, o processo inicial de ocupação se deu através da policultura alimentar complementada com a criação de gado para extração do leite visando o consumo das famílias. No Agreste Alto, onde se localiza o Brejo da Borborema, o processo de ocupação ocorreu de forma particular através de ciclos econômicos em que predominaram o algodão, a cana, o café e o sisal. Nessa região, além dos posseiros, as relações de trabalho não tipicamente capitalistas predominaram (moradores e parceiros) até o início do século XX. O trabalho assalariado rural vai se expandir com a expansão do sisal (MOREIRA e TARGINO, 1997).

No semiárido, a organização do espaço agrário ficou submetido até a segunda metade do século XX, a três principais atividades primárias: a pecuária extensiva, o algodão e as lavouras alimentares. A organização do trabalho que se dava na pecuária exigia um número pequeno de trabalhadores. Já nas plantações de algodão as relações de parceria e de arrendamento originaram o campesinato sertanejo (MOREIRA e TARGINO, 1997). Foi pequena a contribuição nativa para a formação da sociedade sertaneja paraibana. Isto se deve, segundo alguns historiadores, possivelmente à sua eliminação ou à sua expulsão durante a Guerra dos Bárbaros.

Observa-se do exposto que o espaço agrário paraibano foi forjado ao longo do tempo como um espaço de exploração,

exceção feita às posses edificadas nas clareiras das Matas e da Caatinga ocupadas por famílias de homens livres durante muito tempo e algumas áreas de quilombo situadas em áreas mais afastadas que originaram comunidades totalmente isoladas por longa data como o Quilombo de Serra Talhada em Santa Luzia (MOREIRA, E. texto inédito).

Nestas condições, o conflito entre os proprietários de terra e aqueles que tem acesso restrito ou nenhum acesso à terra, tornou-se inerente a realidade agrária paraibana.

De acordo com Moreira (2013), os momentos mais importantes da luta contemporânea pela terra na Paraíba (séculos XX e XXI) se dão em seis conjunturas: o período anterior ao golpe militar de 1964; o período de repressão às Ligas Camponesas (1958-1968); o período de rearticulação dos movimentos sociais (1979-1984); o período pós redemocratização do país (1985-1994); o momento de consolidação da política neoliberal e (1994-2002); a fase de ascensão dos governos populares de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2015). Podemos acrescentar ainda, o período pós golpe parlamentar, judiciário e midiático contra a presidenta Dilma. Este processo culminou no governo atual de extrema direita (2015-2018). O nosso trabalho detém-se em analisar os dados e fatos a partir da segunda conjuntura enfatizando os conflitos e a violência no campo.

3.1. GEOGRAFIA DOS CONFLITOS AGRÁRIOS NO ESTADO DA PARAÍBA

Para apresentarmos a espacialização e a territorialização dos conflitos agrários na Paraíba levados a efeito entre 1974 e 2018, separamos os dados em três blocos que orientarão este subcapítulo, que são: a) total dos conflitos entre 1974 a 2018; b) conflitos

de ocupação, de 1989 a 2018; e por último, como resultado da luta pela terra, apresentamos a sua territorialização através dos Projetos de Assentamento criados entre 1986 e 2018.

3.1.1 Espacialização e territorialização dos conflitos por terra no estado da Paraíba 1974- 2018

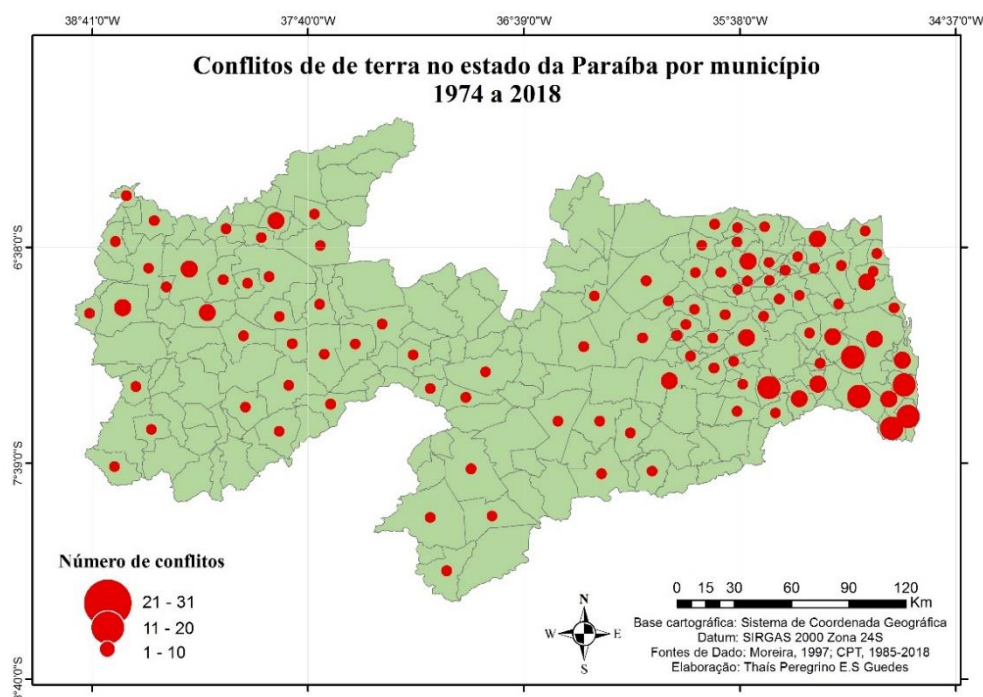
A modernização da agricultura paraibana nos anos de 1970, marcam um novo momento de estruturação e organização do espaço agrário. Com a expansão canavieira, impulsionada pelo Programa Nacional do Alcool (PROOALCOOL), e as políticas de incentivos fiscais e creditícios para a expansão da pecuária, acontece um aumento nos conflitos em todas as mesorregiões do estado, com destaque para as mesorregiões da Mata Paraibana e do Agreste Paraibano.

As formas tradicionais de trabalho, representadas principalmente pelos sistemas de moradia, de parceria e de arrendamento foram sendo substituída pelo trabalho assalariado. As tentativas de expulsão dos camponeses para expandir o cultivo da cana e do pasto encontrou resistências que originaram disputas por terra. Segundo Moreira e Targino (1997), no Agreste e na Mesorregião da Mata entre 1975 e 1985, o número de trabalhadores em condição de moradores e agregados reduziram-se em 82,3% e os arrendatários em 18,5%. Essa retração se deveu justamente à expulsão dos camponeses das propriedades. Para além dessas categorias de trabalhadores, os posseiros até então “invisíveis” no dizer de Moreira (inédito) são descobertos à medida que a cana e o pasto avançam sobre a vegetação nativa, e também são objeto de expulsão. Parte desses posseiros encontraram na Pastoral da Terra e depois na CPT, bem como em algumas paróquias e Sindicatos, o apoio que precisavam para resistir. A resistência camponesa à expulsão das terras originou os chamados conflitos de resistência.

A resistência a esse processo só foi possível graças a organização e coragem dos trabalhadores apoiados pela Pastoral Rural e pela Comissão Pastoral da Terra. Alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG), a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), o Centro de Defesa de Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba (CDDH) tendo à frente o advogado Wanderley Caixe, a Confederação Única dos Trabalhadores (CUT) e o CIMI também contribuíram na organização, orientação e mediação das lutas (MOREIRA, 2013, p.6)

Os dados de conflitos, representados no **mapa 1**, revelam a concentração destes nas Mesorregiões da Mata Paraibana e do Agreste Paraibano. Na Mesorregião da Mata Paraibana concentraram-se 46,5% dos conflitos eclodidos no estado e no Agreste Paraibano, 31,7%. Os municípios com o maior número de conflitos entre 1974 e 2018 foram: Mogeiro, localizando no Agreste com 31 conflitos; Conde e Caaporã localizados na Zona da Mata com 29 e 24 conflitos respectivamente. Compreendemos esta predominância nestas regiões, pela forte concentração fundiária e pelo modelo convencional de produção agrária, promovido, principalmente pela expansão canavieira e pecuária década de 1970.

Mapa 1



Fonte: MOREIRA 1997; CPT, Cadernos de Conflito, 1985-2018

Os conflitos concentram-se também no Sertão Paraibano (Tabela 1 e Mapa 1). Neste, o espaço agrário ficou subordinado desde o início de sua organização ao tripé: gado, algodão e lavouras alimentares. Entretanto é o gado, essencialmente excludente, responsável nesta região pela expulsão e expropriação do camponês, uma vez que à medida que ganha espaço no mercado, intensifica a concentração da terra e se tecnifica, dispensando mão de obra. Acerca das áreas onde os conflitos são mais presentes no

Sertão, atentamos também no mapa 1, para as microrregiões onde os trabalhadores historicamente estão mais organizados pela atuação dos movimentos sociais, como nas microrregiões de Sousa e Cajazeiras onde é significativa a atuação da CPT Sertão. Moreira (1996), lembra ainda que os conflitos por terra no Sertão se confundem com a luta pela água, por isso muitas vezes concentram-se próximos às barragens e aos perímetros irrigados. Este é o caso da região do perímetro irrigado de São Gonçalo, na região de Sousa e do Projeto de Irrigação das Várzeas de Souza (PIVAS).

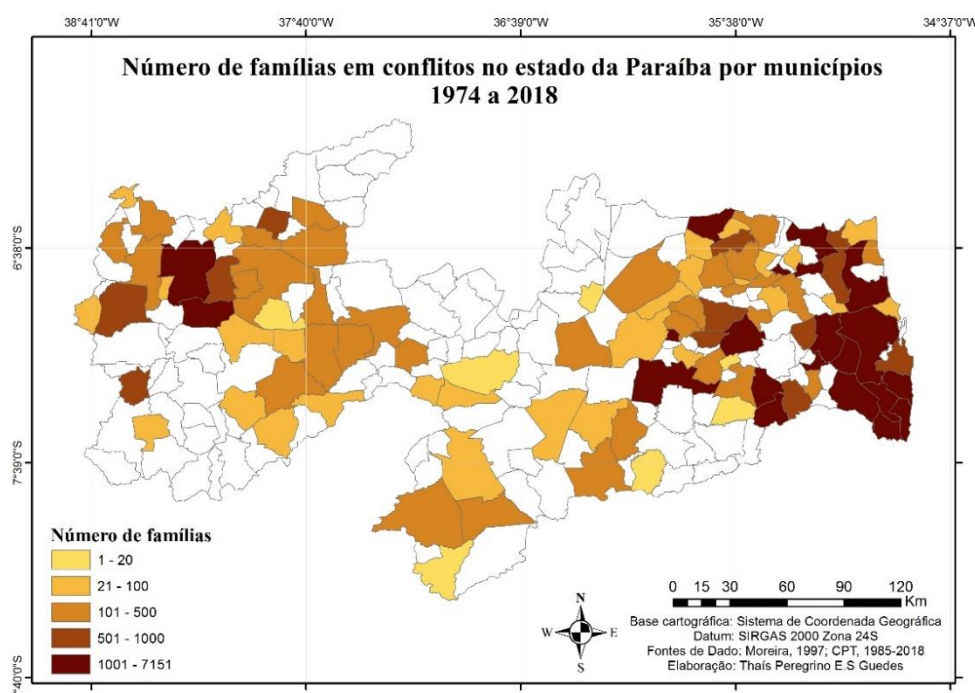
Tabela 1

Número de conflitos e famílias em conflitos na Paraíba, segundo mesorregiões 1974-2018

| Mesorregião | Número de conflitos | % | Famílias em conflito | % |
|-------------------------------|---------------------|--------------|----------------------|------------|
| Mesorregião da Mata Paraibana | 302 | 46,5 | 38.879 | 54,3 |
| Agreste Paraibano | 206 | 31,7 | 19.121 | 26,7 |
| Borborema | 30 | 4,6 | 1.438 | 2,0 |
| Sertão Paraibano | 112 | 17,2 | 12.199 | 17,0 |
| Total | 650 | 100,0 | 71.637 | 100 |

Fonte: MOREIRA 1997; CPT, Cadernos de Conflito, 1985-2018.

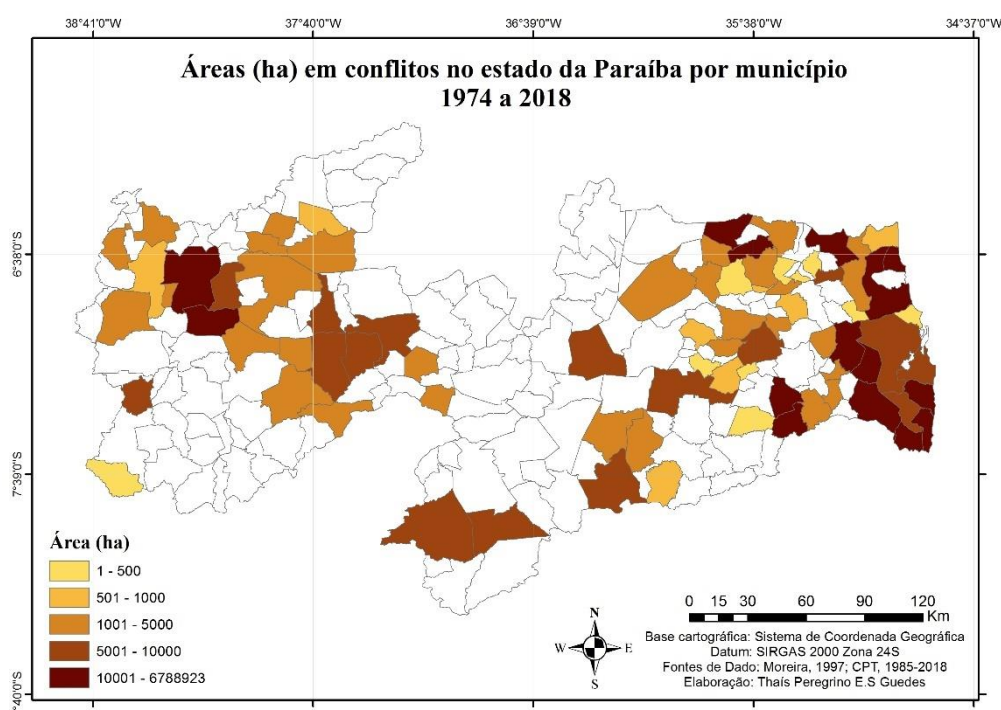
Mapa 2



Fonte: MOREIRA 1997; CPT, Cadernos de Conflito, 1985-2018

No mapa 2, com o número de famílias em conflitos por município, é possível visualizar a mesma concentração de famílias na Mesorregião da Mata Paraibana, no Agreste e no Sertão, neste último principalmente nos municípios de Sousa e Cajazeiras. O número de famílias em conflitos por município corresponde também com os dados do mapa 3, que mostra a área por hectare abrangida pelos conflitos no estado no mesmo período, ou seja, o número de famílias está concentrado nas áreas com as maiores áreas em conflito.

Mapa 3



Fonte: MOREIRA 1997; CPT, Cadernos de Conflito, 1985-2018

Para acompanhar os dados do número de conflitos de terra na Paraíba por ano (Gráfico 1), periodizamos nossa discussão em cinco momentos :a) período de rearticulação dos movimentos sociais (1979 a 1984); b) período pós-redemocratização do país (1985 - 1993); c) o período de consolidação das políticas neoliberais com os dois mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso (1994 -2002); d) período de governos populares, os dois mandatos de Luís Inácio da Silva e do primeiro mandato Dilma Rousseff (2003 – 2015); 5) período do neogolpe, iniciado por Michel Temer.

No período anterior ao golpe militar de 1964, a luta pela terra entra em contraposição à estrutura agrária que se formou desde o processo de ocupação e de estruturação do espaço agrário nordestino através da expansão da cana-de-açúcar e da pecuária. Marcam a história da luta pela terra a atuação expressiva das Ligas Camponesas e do movimento sindical na organização da classe trabalhadora. Após o golpe militar ocorre a dissolução do movimento por meio da repressão às Ligas e a desarticulação das organizações sindicais.

Somente em 1979, com o agravamento da situação do trabalhador do campo, dada a expansão do capital na agricultura expresso notadamente através dos processos de mecanização e quimificação, ocorre a reorganização dos trabalhadores rurais⁵. Merece destaque nesse processo de rearticulação a atuação da Pastoral Rural (posteriormente substituída pela Comissão Pastoral da Terra – CPT), a qual teve papel fundamental na formação política de trabalhadores rurais e na luta pela resistência a processos de expulsão-expropriação na Zona da Mata e no Agreste-Brejo Paraibano.

O período pós-redemocratização do país (1985 - 1994) se inicia com a promessa de uma Nova República comprometida com a reforma agrária. Para os movimentos camponeses, a eleição de Tancredo Neves trouxe esperança de modificações no cenário agrário. Porém, com a morte do presidente eleito e a posse do vice José Sarney, a execução do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ficou apenas no sonho da classe camponesa. As propostas do PNRA não foram executadas, os trabalhadores sem-terra perceberam a indisposição do governo para dar solução aos conflitos agrários, pois estavam à disposição dos interesses dos grandes proprietários. Surge, neste momento, movimentos sociais rurais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), disposto a colocar em prática ações de ocupação para alcançar, através da resistência, a bandeira da reforma agrária popular (CPT, 1985). Interpretamos que o período dos governos Sarney (1985 a 1990), Collor, (1990 e 1992) e em seguida de Itamar Franco, seguiram uma mesma linha para a organização agrária do país. José Sarney inaugurou o projeto neoliberal e conservador, assumido depois pelo governo Collor, que entregou o Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária nas mãos de Antônio Cabrera, que mais tarde entrou na lista de empregadores flagrados com trabalho escravo.

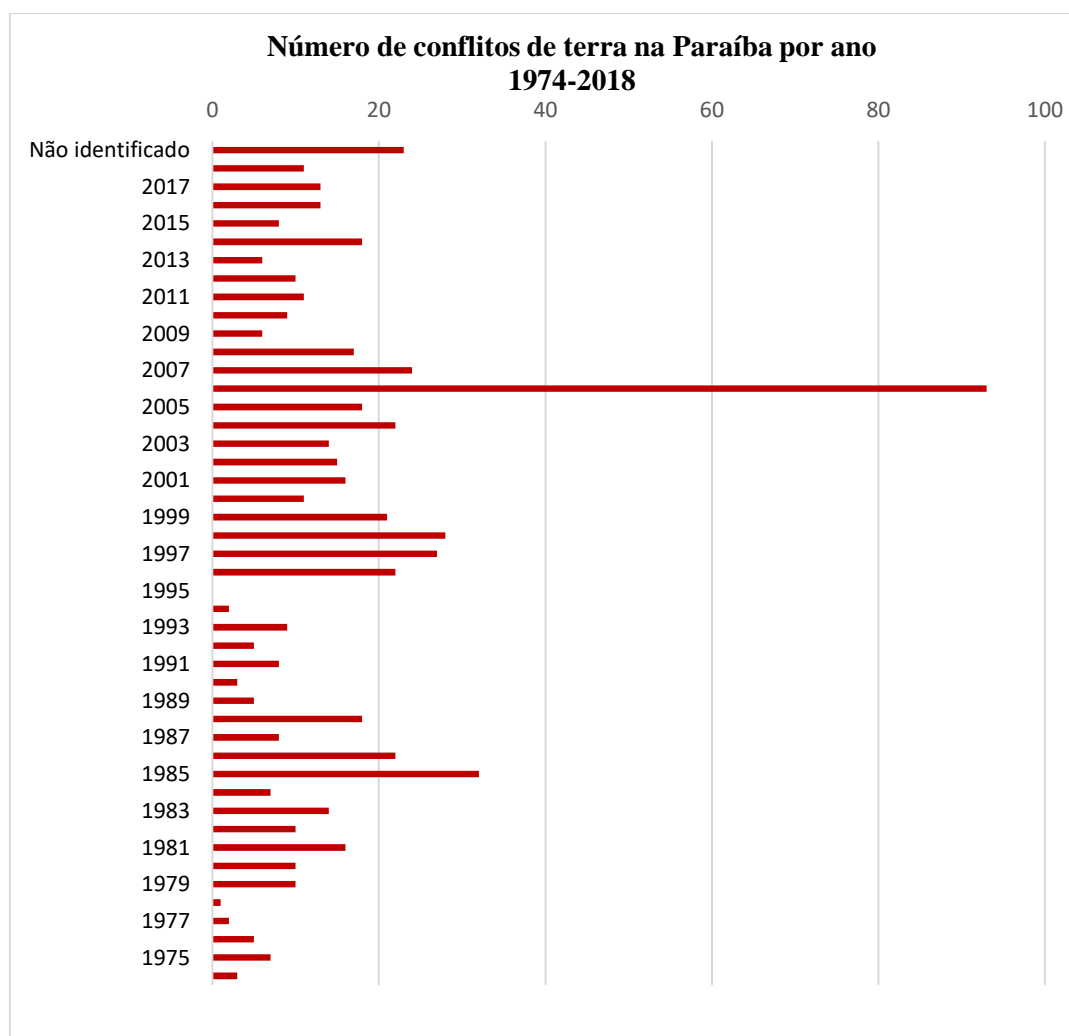
⁵ Apesar das tentativas de rearticulação do movimento, somente em 1979, com uma conjuntura de ascensão da sociedade civil contra o Estado militarista, é que começam a se mobilizar alguns segmentos de trabalhadores para uma luta contra a seca, em torno da política agrícola e por melhores condições de vida e trabalho. (MOREIRA, 1997, p.286)

Ao mesmo tempo, que a Nova República mostrava estar alinhada com os interesses dos ruralistas, as lutas e os movimentos sociais camponeses despontaram mais do que nunca com a disposição para se organizar e mobilizar a classe trabalhadora. O Caderno de Conflitos da CPT de 1990, exemplifica esse poder de mobilização que acontecia, com a atuação dos camponeses organizados na Paraíba:

Apenas para citar um exemplo, quem pode dizer quantas pessoas participaram, nas mais variadas formas, das iniciativas tomadas pelos 250 arrendatários-possesores da fazenda Serra Verde, na Paraíba? Muitas ações foram realizadas na capital, João Pessoa, através de grupos de apoio. A mobilização alcançou dimensão nacional, chegando a ganhar solidariedade explícita dos bispos da igreja Católica. (Caderno de Conflito da CPT, 1990, p. 5)

Na Paraíba, o ano de 1985, tem o número mais expressivo de conflitos eclodidos no interstício de 1985 e 1996: 32 ao total (Gráfico 1).

Gráfico 1



Fonte: MOREIRA 1997; CPT, Cadernos de Conflito, 1985-2018

A grande maioria destes conflitos surgiram mediante a resistência camponesa contra sua expulsão das terras onde viveram gerações de famílias. Também observamos que muitos desses conflitos começaram em anos anteriores e foram retomados nas mesmas terras em anos seguintes. Um dado importante para entendermos a dimensão das ocorrências de tentativas de expulsão, bem como das expulsões sumárias dos camponeses nesse período, são o aumento de conflitos nas zonas canavieiras, e a elevação do número de trabalhadores assalariados. Segundo Moreira e Targino (1997), entre 1975 e 1985, os empregados assalariados temporários cresceram 93,6%. Os autores lembram ainda que a mudança da condição desses trabalhadores, não significa uma melhoria na condição de vida, mas o contrário, uma vez que perdem o acesso, ainda que precário, à terra para ganhar um salário abaixo do mínimo.

A Comissão Pastoral da Terra⁶ protagoniza a organização da classe trabalhadora entre o início dos anos 1970 até o início dos anos 1990. A CPT deu continuidade aos setores progressistas da igreja, como as Pastorais Rurais, acompanhando os trabalhadores em situação de conflitos, dando auxílio jurídico, realizando trabalhos de base para gerar conscientização e tornando público à sociedade os episódios violentos cometidos pelos proprietários. Mitidiero (2008), em sua tese, ao estudar a atuação da CPT no estado, afirma que sua atuação se especializa a partir das arquidioceses do estado:

Vale reafirmar que a forte herança da Igreja que assume a luta pela terra no Estado da Paraíba manteve-se com o surgimento da CPT, isto quer dizer que diferentes de outras experiências em que a Pastoral da Terra do ponto de vista administrativo está ligada informalmente às Igrejas locais (e em algumas vezes nem há essa ligação), nesse Estado, a CPT é diretamente Igreja, ela faz parte da arquidiocese e distribui-se entre as demais dioceses do Estado. As dioceses que abrigam essa Pastoral são: dioceses de João Pessoa, Campina Grande, Guarabira e Cajazeiras. Esse processo fez com que a denominação dada às diferentes secretarias da CPT da Paraíba passasse a ser: CPT João Pessoa, CPT Campina Grande, CPT Guarabira e CPT Sertão (ou Alto-Sertão). (MITIDIERO, 2008, p.311)

No final da década de 1980 surge o MST na Paraíba como um novo ator na luta pela terra, com uma nova proposta de atuação a partir de táticas de ocupação permanente. O acúmulo político e prático dos Trabalhadores Sem-Terra sem dúvida, foi fundamentado por experiências encerradas, como a das Ligas Camponesas, ou por organizações mais antigas como a CPT. No estado, até 1989, o MST permaneceu apenas com uma Secretaria

⁶ A Comissão Pastoral da Terra foi criada em 1975 em Goiás com a proposta de colocar os princípios cristãos à serviço da causa camponesa no Brasil.

em Campina Grande ⁷, e neste ano ocorre a primeira ocupação de terra. Assim, a partir de 1989, além dos conflitos de resistência passam a existir os conflitos de ocupação, e esta torna-se a principal estratégia de luta adotada não só pelo MST como pela CPT e outros movimentos sociais.

No primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, foi implantado um projeto radical de liberalização da economia brasileira (SAUER, S. e PEREIRA, J.M.M, 1983). O campo sentiu o pacote neoliberal. O desemprego subia à medida que o mercado se abria para os investimentos internacionais e estimulava a entrada de produtos estrangeiros. Em consequência, agravaram-se os conflitos no campo. Segundo o relatório do Caderno de Conflitos da CPT (1996), sobre os dados nacionais, nos primeiros anos de governo FHC houveram aumentos consideráveis dos conflitos: “Os números revelam que os conflitos aumentaram passando de 554 em 1995, para 750 em 1996; o número de famílias envolvidas sobe de 63.565 em 1995, para 96.298 em 1996.” (CPT, 1996, p.3).

O debate acerca da reforma agrária só entra em pauta por pressão da opinião pública quando conflitos por terra se intensificam e resultam em dois grandes massacres que marcam a história da luta pela terra: Corumbiara (RO) e Eldorado dos Carajás (PA). A efervescência da atuação dos movimentos sociais neste momento é decisiva para pressionar o governo a se posicionar sobre a questão agrária. Segundo os relatórios nacionais da Rede DataLuta, o número de ocupações de terra sobe de 186 ocupações para 450 em 1996, e para 856 ocupações no ano de 1998 (DATA LUTA, 1995-1998).

Porém, a reforma agrária que estava sendo encaminhada carregava contradições. O governo FHC estimulou a reforma agrária de mercado, combatendo a reforma agrária popular pautada pelos movimentos sociais, isto por meio de políticas de créditos para aquisição de terras. A esta questão RENGEL (2019) faz a seguinte menção:

O governo recebe o dinheiro do Banco Mundial e compra o latifúndio em vez de desapropriar. As famílias assentadas passam a dever diretamente a um banco. Dessa maneira, transformou-se em um grande negócio capitalista em meio às privatizações, porque o governo, que pagava ao latifundiário, uma parte em Títulos da Dívida Agrária, permitiu que estes pudessem ser trocados por ações das empresas estatais que estavam sendo privatizadas. (NASCIMENTO, 2019, p.147)

⁷ Desde 1985, quando a delegação voltou do Primeiro Congresso, havia disposição de fundar o Movimento. Todavia, até 1989, o MST fora apenas uma secretaria em Campina Grande. Faltava o essencial: a ocupação da terra (FERNANDES, 199, p.101)

Na Paraíba, o número de conflitos eclodidos no primeiro governo FHC foi de 77 com um total de 18.277 famílias envolvidas; já em seu segundo mandato foram 63 com 4.858 famílias envolvidas.

A linha de possíveis políticas agrárias discursada durante anos pelo Partido dos Trabalhadores motivou a esperança dos movimentos camponeses. Entretanto, nos mandatos de Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2011) e Dilma (2011 a 2016), as questões estruturais não foram alteradas, as heranças neoliberais dos governos anteriores continuaram sendo a política agrária para o país e beneficiando o agronegócio. A abertura de diálogo com os movimentos sociais do campo significou uma tentativa de conciliação entre classes, mas que na prática mostrou beneficiar apenas o capital agrícola. Seria preciso muito mais para que o Partido dos Trabalhadores transformasse a realidade agrária do país. Segundo Fernandes (2013), a disposição para fazer reforma agrária está além da desconcentração fundiária:

Mas para implantar a reforma agrária é preciso muito mais que a desconcentração fundiária, é imprescindível eliminar a hegemonia do agronegócio sobre as políticas de desenvolvimento da agropecuária e reconhecer a importância das diferentes relações de produção, como a familiar, a associativa e a cooperativa (FERNANDES, 2013, p.191)

RANGEL (2019, p.191-192) cita a opinião de lideranças populares, como a de Frei Betto, sobre a ineficiência do Partido dos Trabalhadores para mudar as diretrizes da reforma agrária se explica pela falta de poder hegemônico do partido frente a direita conservadora e as alianças que teve que fazer para vencer as eleições. Assim, apesar da ascensão ao governo, de um partido popular, a correlação de forças e a máquina de um Estado capitalista emperrava o avanço da reforma agrária. Neste sentido assim se refere Frei Betto:

Lula teve, nos primeiros meses de seu governo, poder suficiente para promover a reforma agrária e a auditoria da dívida pública. Não soube aproveitá-lo. [...] A correlação de forças determina quem, num dado momento, detém o poder. [...] Mas] a máquina do Estado, azeitada pelos interesses das elites, refreou-lhe ideias e aspirações. [...] Como sindicalista, Lula inverteu o processo. Não esperou que os trabalhadores frequentassem a sede do sindicato. Fez o sindicato deixar a sede para ir ao encontro dos trabalhadores na porta e no interior das fábricas. Como estadista, não conseguiu repetir o gesto. [...] Há forças políticas de esquerda convencidas de que é preciso aceitar as regras do jogo. A primeira é depender do dinheiro de quem o possui. [...] Dinheiro em eleição significa investimento; ninguém investe para perder. [...] Assim, a dependência do dinheiro da elite, da mídia, das grandes corporações e do marketing das agências de publicidade, resulta na progressiva descaracterização das campanhas eleitorais que, no caso do PT, significa o abandono da proposta socialista e progressiva desideologização de suas campanhas eleitorais (BETTO, 2006: 89-90 e 98-9).

Emília Moreira (2013), ressalta que apesar das contradições, os governos Lula e Dilma, puderam contar com o apoio dos movimentos sociais, uma vez que colaboraram com a descriminalização da luta pela terra. Isto ocasionou uma estabilização entre a reforma agrária constitucional e o avanço dos programas neoliberais de financiamento e compra de terras.

Na Paraíba, no primeiro governo Lula aconteceram 147 conflitos, com 10861 famílias. Já no seu segundo mandato o número caiu para 56 conflitos com 5855 famílias. O ano de 2006 (Gráfico 1) se destaca com o maior número de conflitos no estado desde 1974. Entretanto esse dado, é um caso à parte em relação ao restante do Brasil, que segundo a CPT (2006), havia tido uma queda no número de conflitos. A Paraíba foi o segundo estado com o maior número de conflitos neste ano (84 conflitos), ficando atrás apenas do Pará. Destes conflitos, só foi possível saber a causa de nove por ocupação e 1 conflito por água. Os conflitos estão distribuídos principalmente no Alto Sertão e na Zona da Mata. Chama a atenção o número de conflitos nos municípios de Cajazeiras, Conde e São Miguel de Taipu.

Moreira (2013) menciona a partir dos dados da Rede DataLuta, que durante os governos populares é possível observar o deslocamento da luta pela terra para o Agreste Seco e para o Sertão Semiárido. Alguns fatores podem ter influenciado esse movimento, entre eles, as políticas sociais compensatórias promovidas nestas regiões e a territorialização dos movimentos sociais que alcançaram estas novas áreas.

Antes do término do segundo mandato da presidenta Dilma, em 2014, ocorre um dos primeiros neogolpes da América Latina protagonizado pela aliança entre os setores das elites conservadoras com os partidos de oposição. O golpe culminou na posse do vice

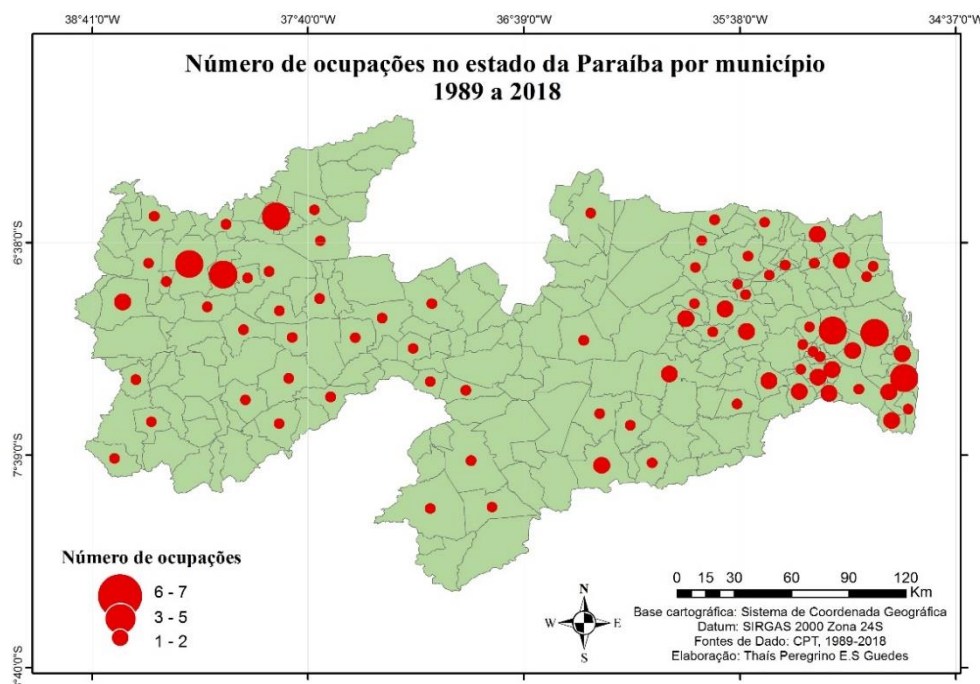
de Dilma, Michel Temer. Para a questão agrária, o governo Temer representou mais uma vez a ascensão das políticas liberais para a agenda agrária. Em pouco tempo, o governo Michel Temer mostrou grande esforço para o desmonte das políticas que já haviam sido conquistadas e para avançar com projetos de leis e Emendas que afetam os povos do campo. Assim foi o caso da edição das medidas provisórias que previam a regularização fundiária, como a MP 759 ou “MP da grilagem”, que regularizou imóveis irregulares na Amazônia de 1,5 mil hectares. A MP alterava ainda regras No Programa Nacional de Reforma Agrária, como a emancipação de assentamentos com 15 anos, concedendo o título de domínio para estes sem ao menos estarem sendo beneficiados por políticas agrárias. Na prática, a emancipação só fez avançar o assédio por parte do agronegócio aos pequenos agricultores.

Na Paraíba, durante o governo Temer aconteceram no total, 37 conflitos por terra com 31666 famílias. Ficou marcado o governo Temer na Paraíba pelo alto índice de violência contra as ocupações, a posse da terra e as pessoas, como veremos mais à frente.

3.1.2 Espacialização e territorialização dos conflitos de ocupação no estado da Paraíba 1989 a 2018

Compreendemos as ocupações, assim como a CPT (2012, não paginado), enquanto conflitos que surgem com ações coletivas das famílias sem-terra, que por meio da ocupação de imóveis rurais improdutivos, reivindicam terras que não cumprem a função social. Na Paraíba, com o surgimento do MST no estado no final da década de 1980, a ocupação de terras passou a existir e ser a principal estratégia de luta em conflitos por terra. Entre 1989 e 2018, aconteceram 182 conflitos de ocupações em todo estado, distribuídas em 79 municípios, tendo 20.821 famílias envolvidas (mapa 4).

Mapa 4



Fonte:, Cadernos de Conflito, 1985-2018

Tabela 2

Número de ocupações e famílias em ocupações na Paraíba, segundo mesorregiões 1989-2018

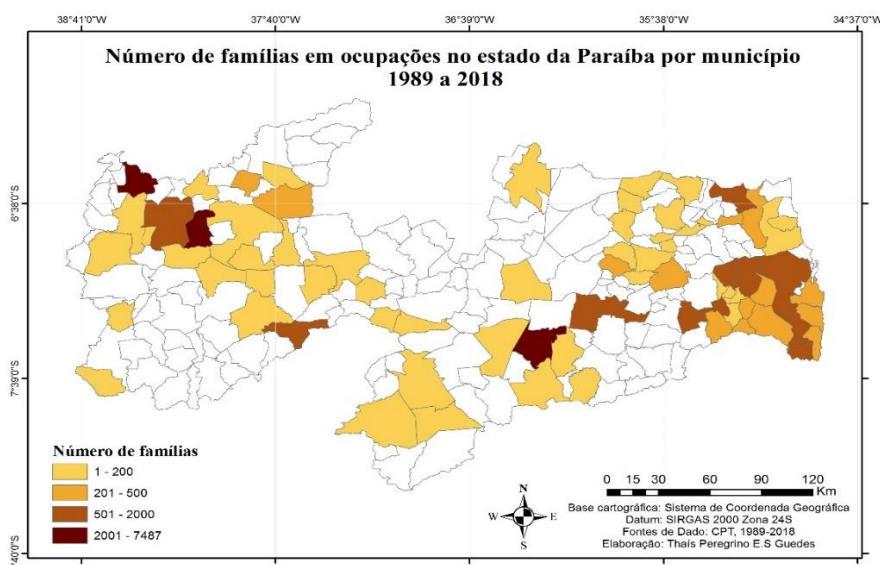
| Mesorregiões | Número de ocupações | % | Famílias | % |
|-------------------|---------------------|------------|--------------|------------|
| Mata Paraibana | 71 | 39% | 10424 | 50% |
| Agreste Paraibano | 39 | 21% | 3904 | 19% |
| Borborema | 16 | 9% | 977 | 5% |
| Sertão Paraibano | 56 | 31% | 5516 | 26% |
| Total | 182 | 100 | 20821 | 100 |

Fonte: CPT, Cadernos de Conflito, 1985-2018.

Os dados de conflitos de ocupação acusam maior concentração nas mesorregiões da Mata, com 50% e do Sertão com 26% (Tabela 2). O alto número de ocupações na Mesorregião da Mata Paraibana explica-se mais uma vez pelo forte processo modernização da agricultura historicamente dominante na região, a cana-de-açúcar, pela intensificação da exploração do trabalho e pela redução de sua demanda que tem sido gradativamente substituída por técnicas e tecnologias poupadoras de mão-de-obra. . Já o número expressivo de ocupações no Sertão, algo que não é tão perceptível no período em

que predominou o conflito de resistência, explica-se pelo avanço dos movimentos sociais na região dentro do período analisado. Entre os municípios com o maior número de ocupações destaca-se o de Aparecida, localizado na mesorregião do Sertão com um total de sete ocupações. Importante destacar a forte atuação da CPT Sertão na região, responsável também pela primeira ocupação de terra privada no Sertão, na fazenda Acauã, em Aparecida, no ano de 1995.

Mapa 5



Fonte: Cadernos de Conflito, 1985-2018

Ainda sobre a espacialização dos conflitos por ocupação, o mapa 5, representa o número de famílias estiveram ou estão acampadas em todo o estado. Nos municípios que tem um número alto de ocupação, consequentemente também mostram uma concentração de famílias, isto acontece em grande parte dos municípios.

Ao total, em todo o estado da Paraíba 20.821 famílias (CPT, 1989-2018) já estiveram envolvidas em conflitos de ocupação. Em um processo de ocupação, o ato de coragem começa deste a ação de rompimento das cercas às dificuldades da precariedade da vida na ocupação, barracos de lona e tapume, cozinha e fossas improvisadas. A violência acompanha todo o processo, e se manifesta de todos os lados. Primeiro, cometida pelos proprietários, que comandam capangas para provocar ameaças, tentativas de assassinatos e assassinatos. Segundo a violência cometida pelo próprio Estado, por meio de tentativas e ações de despejo.

A criminalização das famílias acampadas parte ainda da própria sociedade civil. Os trabalhadores sem terra são estigmatizados e socialmente condenados como bandidos, ideia reforçada pela mídia hegemônica. Por isso, dificilmente conseguem ser empregados, até mesmo em serviços preconizados. Todas essas violências levam muitas famílias a desistir da luta. A vida em uma ocupação, é um ato de coragem para a conquista por um pedaço de chão e em defesa da própria existência.

Apesar de todas as dificuldades, é nas ocupações que os movimentos socioterritoriais fortalecem sua identidade. É evidente que para uma ocupação se manter resistente é preciso coletividade e horizontalidade na tomada de decisões. A ajuda mútua e a solidariedade impulsionam as famílias a permanecerem e é a principal formação política para um sem terra que entra na luta por terra. Assim mostra a figura 1, apesar de toda estigmatização, é nos acampamentos que são quebrados os signos da lógica capitalista de produção, o individualismo e a subordinação.

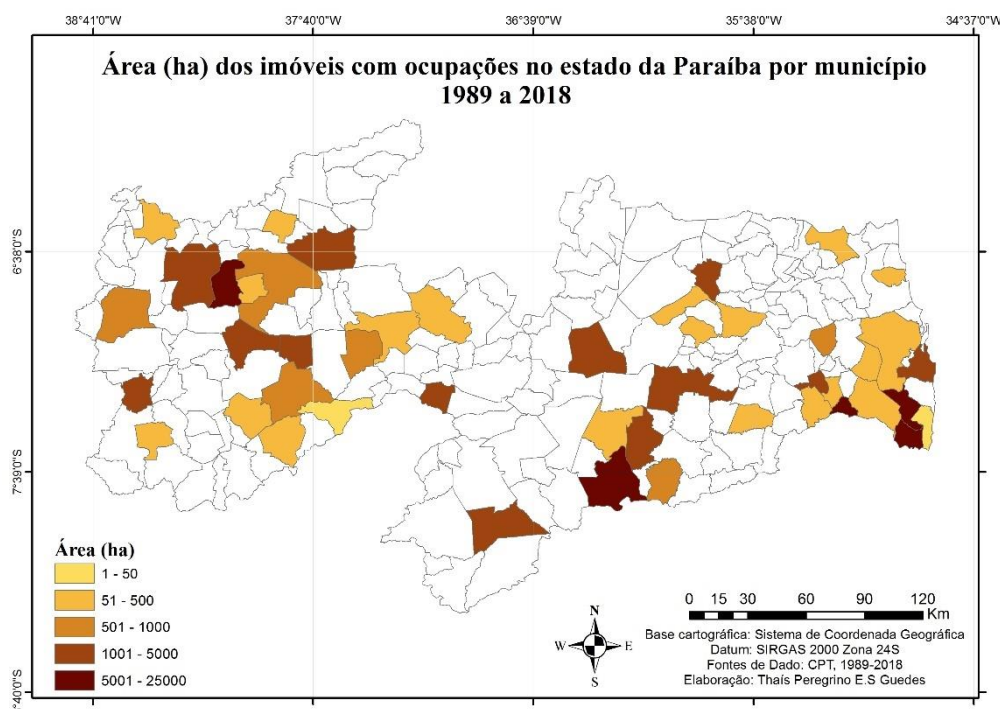
Figura 1

Homens cozinhando, acampamento Arcanjo Berlamino, Pedras de Fogo -PB



Foto: Thaís Peregrino. Pedras de Fogo, julho 2018.

Mapa 6



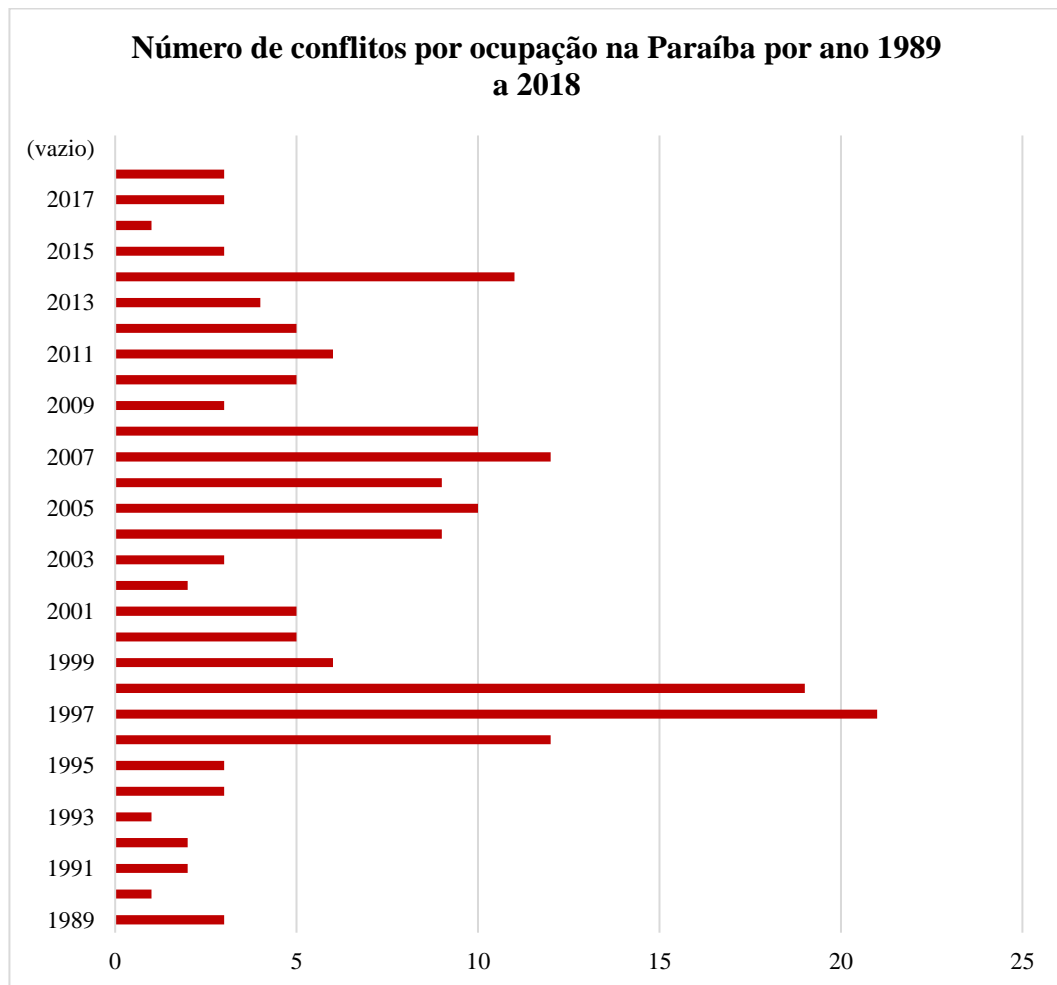
Fonte: CPT, Cadernos de Conflito, 1985-2018

No mapa 6, está representada a área em hectares disputadas nos conflitos por ocupação. Muitos dos municípios não apresentam áreas disputadas, uma vez que este dado é divulgado com dificuldades, apenas 28% das ocupações tinham este dado registrado.

Acerca da análise comparativa de ocupações por ano (Gráfico 2) o maior número de ocupações se expressa durante o primeiro mandato do Fernando Henrique Cardoso. Segundo Moreira (2015) este é período de ascensão da luta pela terra no Brasil, em resposta as políticas agrárias ultraliberais e ao aumento da violência no campo, marcado pelos maiores massacres no Brasil, Corumbiara (1995) e El Dourado dos Carajás (1996).

Já no segundo mandato do governo Fernando Henrique, há uma queda no número de ocupações (Gráfico 2). Moreira (2015), reflete que a diminuição do número se justifica pela criminalização dos movimentos socioterritoriais. Além disso destaca a medida provisória 2.027, que proibiu vistorias por parte do INCRA por dois anos em terras ocupadas, o que acarretou a desmobilização das ocupações.

Gráfico 2



Fonte: CPT, Cadernos de Conflito, 1989-2018.

Já nos primeiros anos do governo Lula, o número de ocupações cresce, o que pode representar maior expectativa da população sem terra com as políticas de reforma agrária pelo governo do Partido dos Trabalhadores. Apenas entre (2009 e 2013), final do segundo mandando e início do governo Dilma, assista-se o decréscimo das ocupações.

Segundo Oliveira (2015), esta diminuição se deve à mudança na orientação política e na estratégia de resistência dos movimentos sociais para massificar o número de famílias em ocupações e não ao número de ocupações. Este fator, descarta a tese de que os movimentos socioterritoriais estariam recuando com as mobilizações em decorrência das políticas públicas compensatórias e que estariam alinhados ao governo e “vivendo um período de descenso da luta de massas” (OLIVEIRA, 2015, p.3)

Entre 2016 e 2018, durante o governo de Michel Temer, foram poucas as ocupações. Entretanto é preciso levar em consideração a criminalização dos movimentos sociais neste momento, que levou ao aprofundamento da violência no campo. Segundo a

CPT (2016), o ano de 2017 foi o mais violento para o campo em 25 anos. Apesar de toda a violência contra a classe trabalhadora, os movimentos sociais não mostraram recuo, e criaram estratégias de luta com ainda mais sentido político. Esse foi o caso das ocupações que carregavam o signo da denúncia, em especial a aqueles que patrocinaram ou apoiaram o golpe contra a democracia.

Foram várias as ocorrências destes tipos de ocupação. Na Paraíba, em 2018, ocorreu a ocupação da Fazenda “Volta” no município de Tacima no Agreste Paraibano (Figura 1), onde cerca de 250 famílias ocuparam a fazenda que pertence ao senador José Maranhão e ao deputado Benjamin Maranhão. Esta foi uma ocupação direcionada a família Maranhão, proprietária de grandes latifúndios e que apoiou o golpe, a reforma da previdência e a prisão política do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Figura 2

Ocupação da fazenda Volta, Tacima - PB



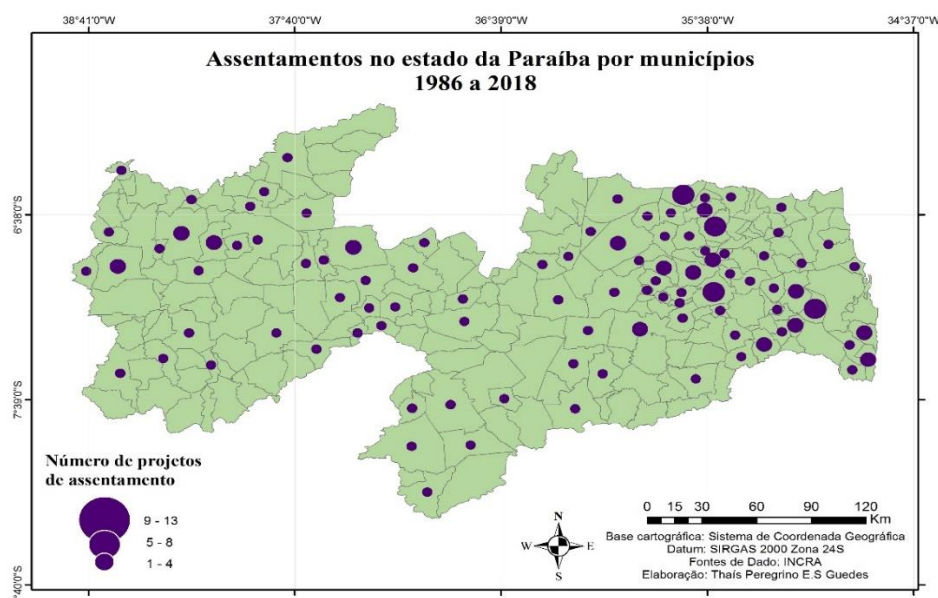
Foto: Thaís Peregrino, 10/04/2018, município de Tacima.

3.1.3 Territorialização dos projetos de assentamentos no estado da Paraíba 1986 a 2018

É a partir da resistência e organicidade da classe camponesa, que são adotadas estratégias de luta, como a ocupações e manifestações, que se torna possível a conquista de frações de território. Acontece assim, a territorialização da luta pela terra, que se

configura concretamente como assentamento rural ou ainda, segundo Moreira (2013), como Território de Esperança.

Mapa 7



Fonte: INCRA/SIPRA – Relação dos projetos de Assentamento do Estado da Paraíba

Tabela 3

Número de Projetos de Assentamento e de famílias assentadas na Paraíba, segundo as Mesorregiões - 1989-2018

| Mesorregião | Número de PAS criados | % | Família | % |
|-------------------------------|-----------------------|-----|---------|-------|
| Mesorregião da Mata Paraibana | 72 | 23 | 5011 | 34 |
| Agreste Paraibano | 138 | 44 | 5852 | 40 |
| Borborema | 33 | 10 | 1420 | 10 |
| Sertão Paraibano | 72 | 23 | 2420 | 16 |
| Total | 315 | 100 | 14.703 | 100,0 |

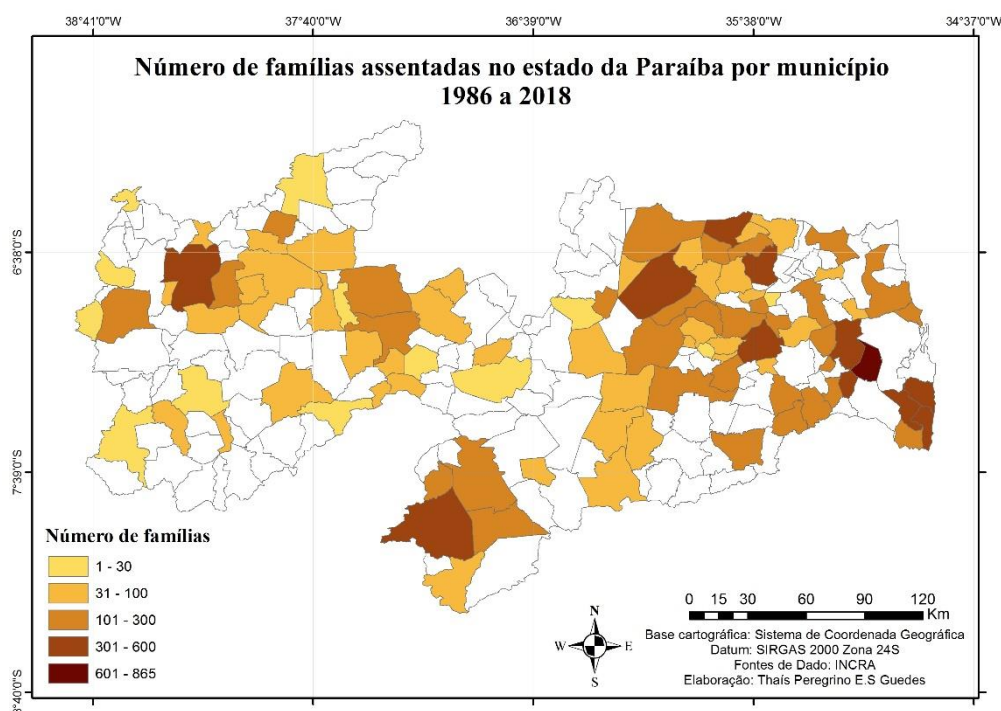
Fonte: INCRA/SIPRA- Relação dos Projetos de Assentamento do Estado da Paraíba.

Na Paraíba, entre 1989 e 2018 foram criados 315 Projetos de Assentamentos Rurais (Mapa 7) com destaque para a Mesorregião do Agreste Paraibano, com 138 PAS (44% dos assentamentos criados), mas também na Mesorregião da Mata Paraibana e do Sertão Paraibano (Mapa 7 e Tabela 3). Os números coincidem com as áreas que concentram os conflitos. Não poderia ser diferente, os projetos e as políticas de

assentamento não são feitos gratuitamente, só se tornam possíveis por meio da luta, como a ocupação de latifúndios improdutivos.

Acerca das famílias assentadas (Mapa 8), estas concentram-se nos municípios onde também eclodiram muitos conflitos e foram criados um número maior de Projetos de Assentamento, como é o caso do município de Cruz do Espírito Santo, que totaliza o maior número de famílias assentadas ao mesmo tempo em que concentra um número expressivo de conflitos, 21 ao total.

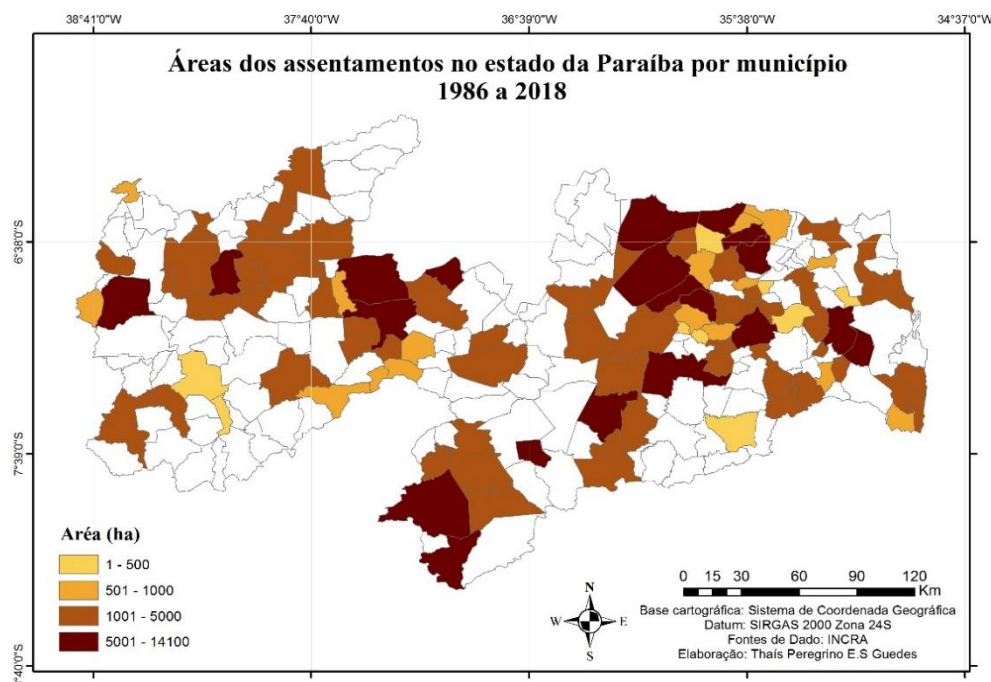
Mapa 8



Fonte: INCRA/SIPRA – Relação dos projetos de Assentamento do Estado da Paraíba

Já o mapa que nos revela a área dos assentamentos, explicita que os municípios com as maiores áreas destinadas para fins de reforma agrária, concentram-se nas mesorregiões do Agreste, Borborema e Sertão (Mapa 9).

Mapa 9



Fonte: INCRA/SIPRA – Relação dos projetos de Assentamento do Estado da Paraíba

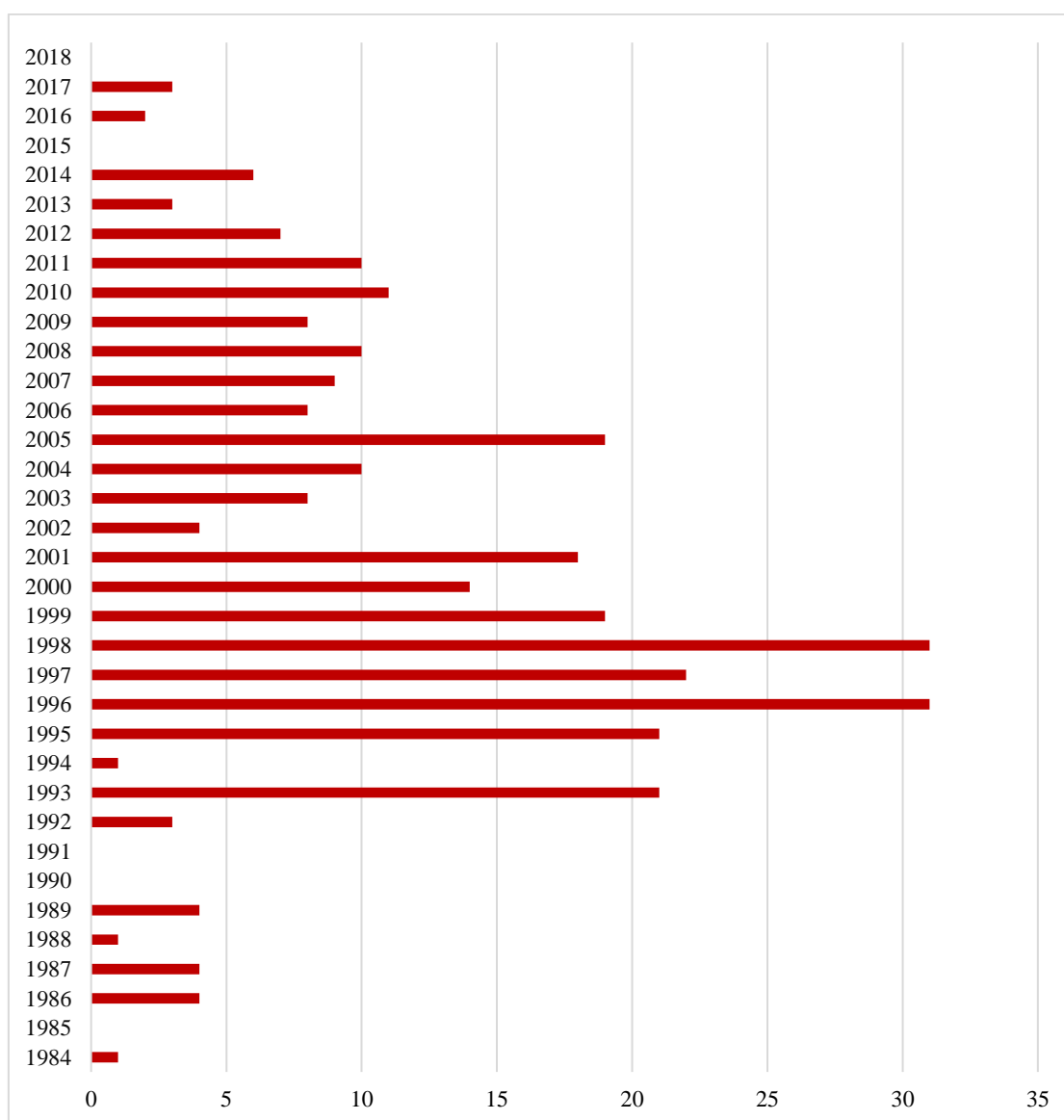
Analisando os dados de criação de assentamento a partir de uma perspectiva cronológica (Gráfico 3), alguns anos acusam a estagnação de políticas de reforma agrária. Logo nos primeiros anos de redemocratização do país, poucos foram os assentamentos criados. Ferreira (2016), lembra que neste período o INCRA, criado ainda no período ditatorial, em 1984, até meados dos anos 1990, realizou poucas desapropriações de latifúndios. Nesse período, muitos assentamentos criados foram resultado de uma política de “reconhecimento de posse”. Chama atenção que em 1990 e 1991, durante o governo Collor, nenhum assentamento foi criado. As políticas ultraliberais começavam a ser implantadas no campo e em resposta, os movimentos sociais realizavam ocupações de terra.

Durante o ano de 1993 há um aumento considerável de criação de assentamentos, chegando a 23. Para explicar esse dado encontramos algumas razões, primeira segundo Moreira (1997) os projetos criados neste ano já haviam sido adquiridos anos anteriores com recursos do PROCANOR-FUNTERRA, entretanto foi em 1993 que passaram a ser controlados pelo INCRA. Outra razão, coincide com o apontamento de Moreira (1997), que registra a mudança do superintendente do INCRA do estado em 1993. Ronald

Queiroz, um economista progressista detinha uma postura mais progressista em comparação aos anteriores, e fez avançar as políticas de reforma agrária que compete ao órgão

Gráfico 3

Número de Projetos de Assentamentos criados por ano entre 1984 e 2018



Fonte: INCRA/SIPRA- Relação dos Projetos de Assentamento do Estado da Paraíba

Ainda analisando os dados por ano de criação de assentamentos (Gráfico 3), se destaca nos dados o número de assentamentos criados em 1995 e 1998, anos de gestão do Governo Fernando Henrique Cardoso. Isso demonstra expressiva contradição com as suas políticas agrárias voltadas para o agronegócio. Para explicar esse dado, é necessário observar o gráfico 2, que indica um aumento no número de ocupações no mesmo período.

Ou seja, a pressão da classe camponesa para com o governo Fernando Henrique possibilitou resultados.

Durante os governos populares, Lula e Dilma, não ocorreu um aumento significativo no número de assentamentos. Muitas são as interpretações que podemos chegar para entender esse número. Uma delas destacada por Ferreira (2016), é o retraimento dos movimentos sociais em respeito à criação de Projetos de Assentamento, redirecionando a luta para a conquista de políticas públicas de transferência de renda como o Bolsa Família e programas de assistência técnica para o camponato. Neste momento, se fortalece a bandeira para permanência e o alcance da vida digna nas áreas de assentamento, para além da luta pela terra, evidencia ainda a luta na terra. Moreira reflete acerca das dificuldades que se sustentam mesmo após a conquista do lote:

Cabe acrescentar que a “Luta pela Terra” é mais ampla do que um simples acesso a um lote. Ela compreende também a luta pelas condições de trabalho na terra. Esse aspecto tem sido patentado pela situação das populações assentadas em diferentes áreas do Estado. Via de regra, elas não contam com assistência técnica ou creditícia, nem com recursos financeiros próprios, carecem da infraestrutura básica (água potável, luz, escola, posto de saúde, saneamento e, em alguns casos, as condições de moradia são extremamente precárias. (MOREIRA, 1997, p.319)

Com base nos dados, constatamos durante os governos Lula e Dilma que houve uma diminuição na criação de Projetos de Assentamento no primeiro governo Lula (foram criados apenas 45 assentamentos na Paraíba); no segundo, 38 assentamentos. Já no governo Dilma, foram criados 28 assentamentos, sendo que nenhum foi criado no ano de 2015.

Já durante o período Temer, foram criados apenas 3 assentamentos. Este número, demonstra, mais uma vez, o impacto do neogolpe na política fundiária brasileira e o absoluto descaso com os conflitos no campo.

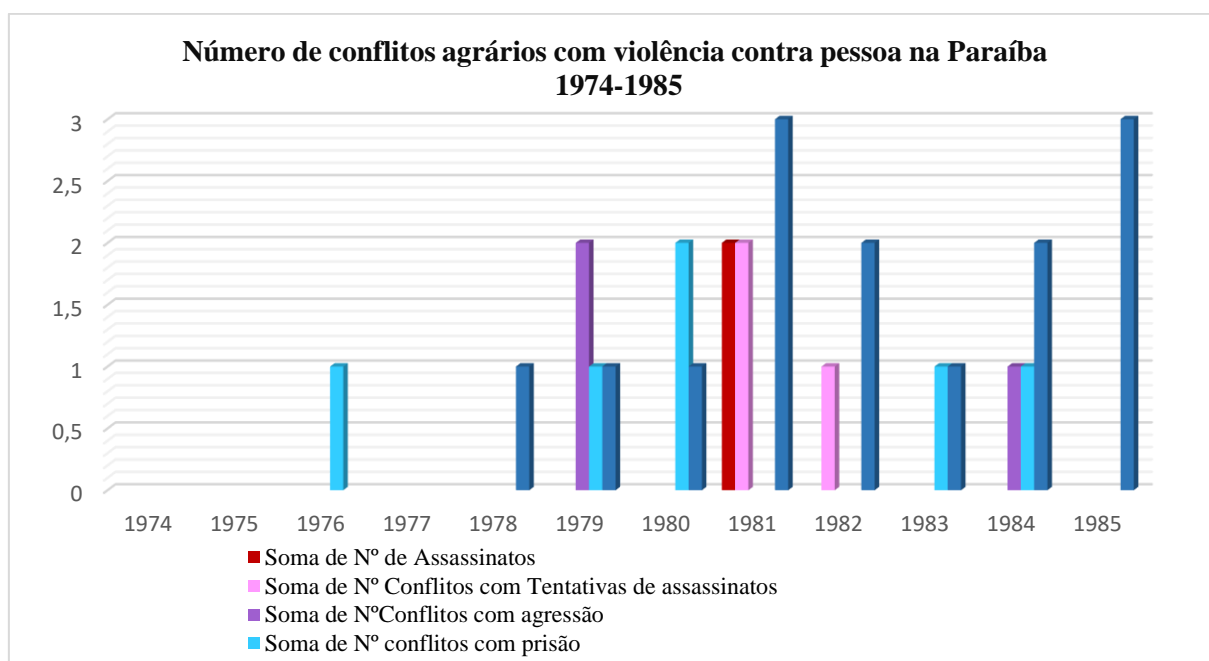
3.2 ESPACIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO CAMPO DO ESTADO DA PARAÍBA

O avanço da luta por terra e por reforma agrária, tem tido como resposta as mais variadas formas de violência produzidas pelo latifúndio. Assassinatos, despejos, articulações criminosas entre proprietários, o estado e o judiciário, ameaças de pistolagem, trabalho escravo, expulsões, são algumas das ações cometidas por aqueles que detém o monopólio da terra e que não abrem mão do seu controle.

3.2.1 Violência contra pessoa nos conflitos do campo paraibano 1974 a 2018

Em relação aos dados de 1974 a 1985, coletados no livro de Moreira (1997), organizamos os dados pela quantidade de conflitos que apresenta cada categorias e violência; número de assassinatos, número de conflitos com prisão, número de conflitos com agressão, número de conflitos com ameaças de morte, tentativa de assassinato (Gráfico 4).

Gráfico 4



Fonte: Moreira, 1997

Estas classificações de violência, já definidas no capítulo 1, podem ser protagonizadas:

a) pelas classes proprietárias identificadas como Empresários, Fazendeiros, Grileiros, Mineradoras, Madeireiros e (empresas) Hidrelétricas ou pseudo-proprietários, como os Grileiros; b) pelo poder público, seja pelos governos em seus diferentes níveis (municipal, estadual e federal) por iniciativa (ação-inação) no despejo de famílias e comunidades, seja pelo judiciário com mandados de reintegração de posse ou mesmo de prisões e por agentes públicos, como policiais e políticos e; c)- por iniciativa de grupos

sociais não-proprietários em luta por terra e território, com ações de ocupações e retomadas de terras-territórios, seja por grupos sociais em posse real de uso tradicional das terras-águas-vida” (PORTO-GONÇALVES et al. 2019).

Entre 1974 e 1985 os dados acusaram no total 2 conflitos com assassinatos, 6 conflitos com prisões, 3 conflitos com agressões. Os dados nos possibilitam ter dimensão da violência que apresentavam estes conflitos por resistência, entretanto entendemos que por trás destes números há um número desconhecido de trabalhadores vítimas deste processo. A dificuldade de coletar os dados por número de vítimas também se dá por um processo estrutural, como a falta de interesse de monitorar os conflitos por parte das instâncias públicas controladas pelo Estado de Exceção, ou ainda pela banalização da vida difundida pelos meios de comunicação em notícias relativas à questão agrária.

Moreira (1997), acerca de sua dificuldade na coleta de dados afirma que:

No levantamento realizado, várias denúncias de tensão ou conflito por terra foram identificadas, num ou noutro documento isolado. A pesquisa não conseguiu maiores informações sobre o desenrolar dos fatos e a situação atual do imóvel e dos trabalhadores envolvidos [...] a quantidade de trabalhadores envolvida num conflito também nem sempre foi fácil de determinar. Isto porque muitos litígios iniciaram com um certo número de famílias, que no seu desenrolar, ao longo de vários anos, modificou-se.” (MOREIRA, 1997, p.26-35)

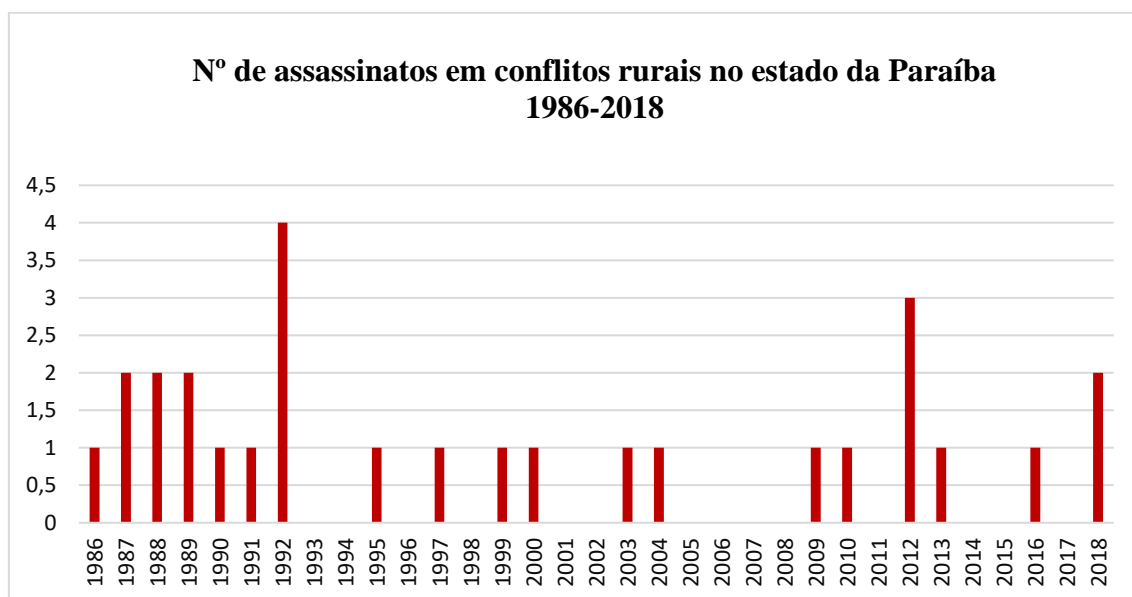
Nos Cadernos de Conflitos da CPT (1986 a 2018), os dados são apresentados de acordo com o número de pessoas que sofreu a violência (Gráfico 5).

Os dados de violência contra pessoa acusam entre 1986 e 2018 um total de 28 assassinatos em conflitos agrários (Gráfico 5). Durante os primeiros anos de redemocratização do país, a Paraíba tem seu momento mais violento no campo, com o total de 14 assassinatos.

Mais recentemente, em 2018, o assassinato de dois militantes do MST, Orlando Belarmino e Rodrigo Celestino, marca mais uma vez o avanço da violência no campo estimulado pelas políticas agrárias ultraliberaís iniciadas no governo Temer legitimadas pelo discurso de criminalização do candidato que já mostrava visibilidade e que mais tarde foi eleito presidente da república. Para a CPT (2018), este está sendo um momento de “transe da terra”:

Os números justificam o transe da terra. Os conflitos no campo (terra, água, trabalho, em tempos de seca, garimpo, sindicais e violências contra a pessoa – assassinatos, ameaças, agressões, prisões etc.) aumentaram em 4% em relação a 2017 (CPT, 2018, p. 11)

Gráfico 5

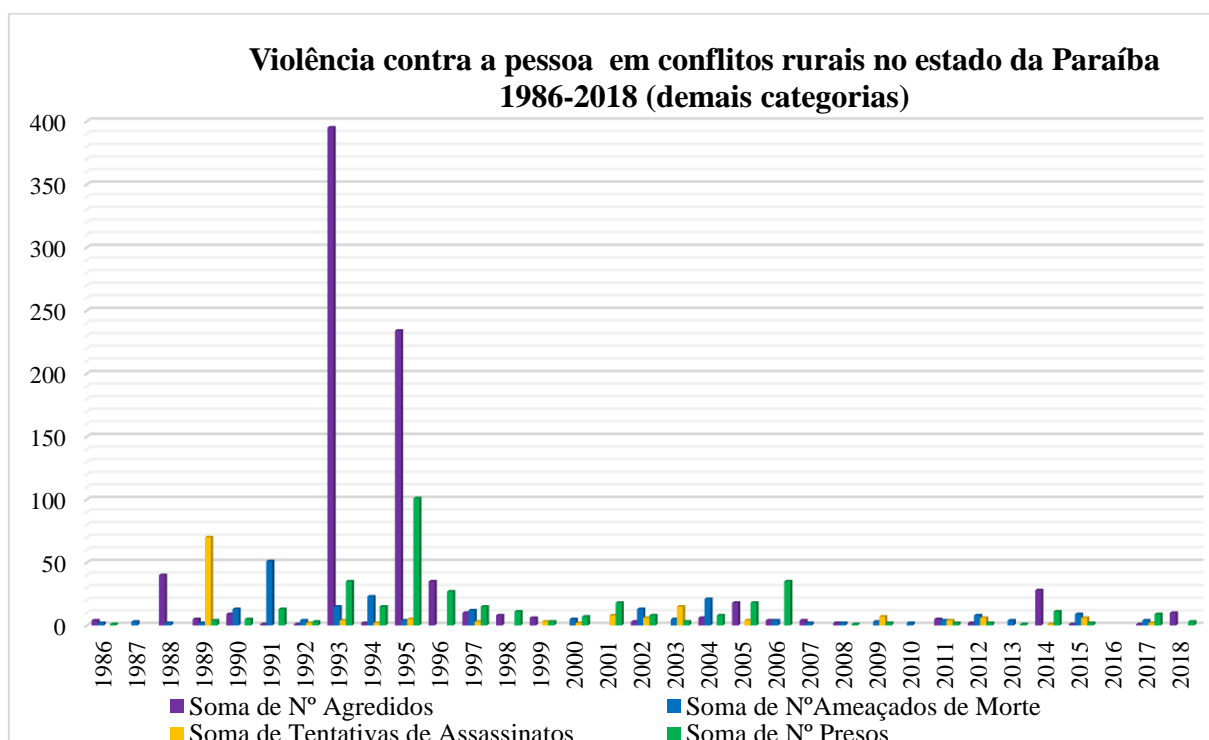


Fonte: CPT, Cadernos de conflitos 1986-2019

O assassinato, tem como alvo duas lideranças, Orlando, liderança do MST compunha a direção estadual do movimento na Paraíba e Rodrigo, técnico, colaborava na coordenação do acampamento enquanto técnico agrícola e lutava pela agroecologia. No momento do assassinato os dois se encontravam em reunião com os acampados do acampamento Dom José Maria Pires no litoral sul do estado e que acabara de comemorar 1 ano de ocupação. Orlando já havia perdido um irmão, assassinado também na luta pela terra.

Acerca de outras categorias de violência como agressões, prisões, ameaças e tentativas de assassinatos, o gráfico 6, acusa um alto número de agressões e ameaças de morte. Segundo Feliciano (2016), estas são formas não legais que os proprietários de terra encontram para aterrorizar e expulsar aqueles que estão na luta por terra. “É uma violência que tem como trunfo o poder de decidir onde não se deve estar”.

Gráfico 6



Fonte: CPT, Cadernos de conflitos 1986-2019

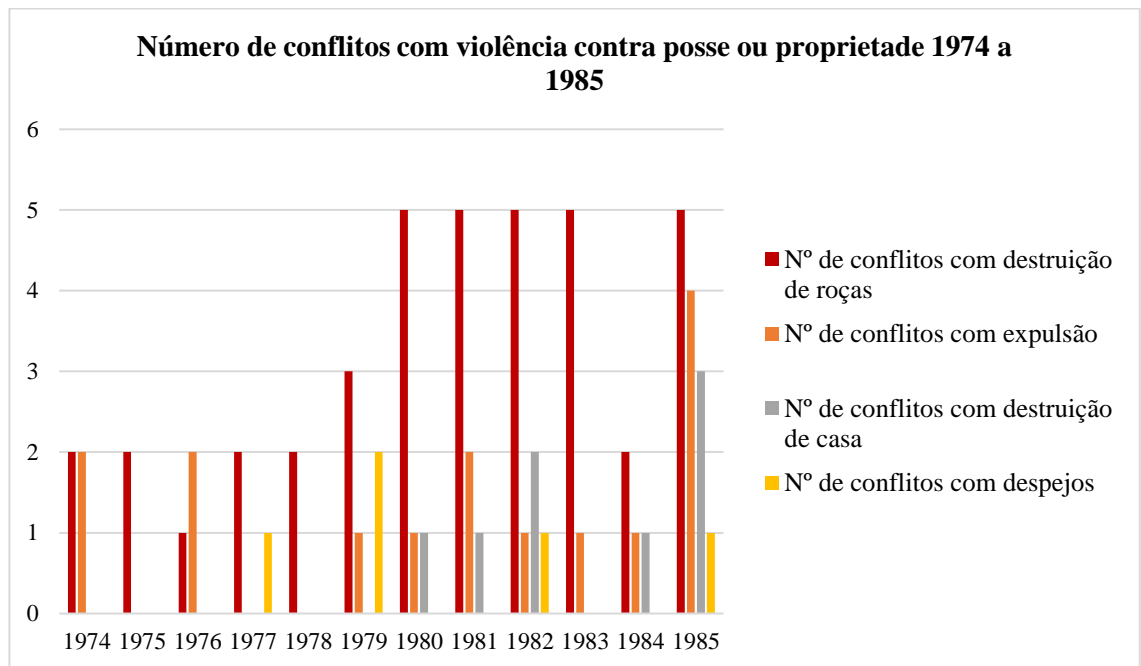
No total, entre 1986 e 2018, foram 363 prisões de trabalhadores rurais, 217 ameaçados de morte, 834 agredidos e 150 tentativas de assassinatos. São número alarmantes para um único estado do País.

3.2.2 Violência contra posse e propriedade em conflitos no estado da Paraíba 1974 a 2018

A violência contra os espaços de vida do trabalhador do campo, como seu espaço de trabalho, morada ou de luta, também é suscetível de acontecer dentro dos conflitos de terra. Esta prática para além de violar os bens materiais viola a subjetividade inestimável. Segundo Feliciano (2016), os bens materiais construídos são frutos do trabalho individual, familiar, coletivo ou comunitário e por isso tem um sentido na vida do camponês, principalmente por serem resultados de conhecimentos tradicionais, ou seja, estão para além do valor material.

Nos conflitos estudados entre 1974 e 1985 a partir de Moreira (1997), foram acusados 39 conflitos com roças/benfeitorias destruídas, 8 conflitos com casas destruídas. Já com expulsão e mandatos de despejo totaliza 15 conflitos (Gráfico 7).

Gráfico 7



Fonte: Moreira, 1997

Em grande parte dos conflitos por expulsão, ficaram registradas as mais bárbaras formas de destruição de posse, roças e benfeitorias. A expansão da cana-de-açúcar foi o principal fator para as ações. Sobre um conflito em Cruz do Espírito Santo, no Engenho Novo, Moreira (1997) detalha:

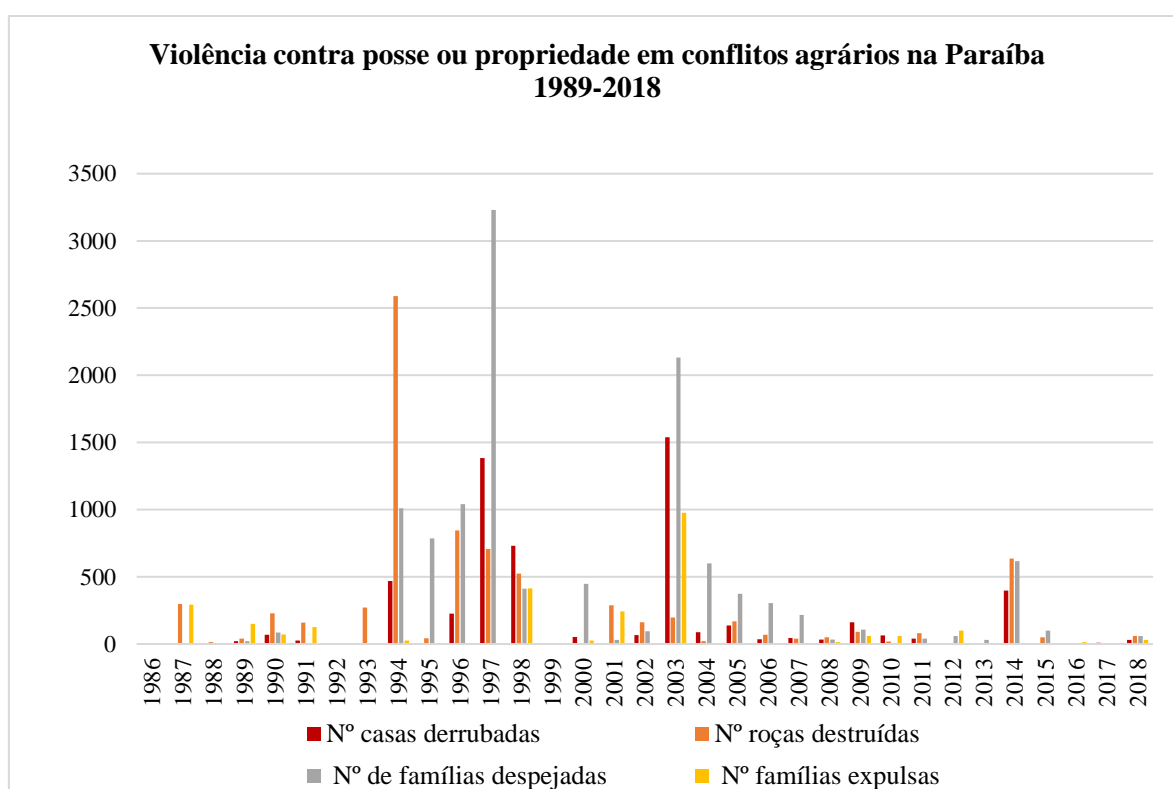
A partir do final do ano de 1992, segundo denúncia dos trabalhadores, um clima de terror foi implantado na propriedade. Em 1º de Janeiro de 1993, o proprietário, para expulsá-los, passou o trator dentro das áreas de posse, destruindo tudo que encontrava à frente. Em lugar da lavoura de alimentos cultivada pelos trabalhadores, foi plantada a cana-de-açúcar. (MOREIRA, 1997, p.331)

A destruição não parte apenas da ação de capangas a mando dos proprietários de terra, o judiciário também atua neste sentido. Acerca de um conflito em Mamanguape, litoral da Paraíba, após o assassinato de dois posseiros, sem soluções para o conflito esta foi a ação da justiça:

O juiz de Mamanguape, Sr. João Batista Barbosa, determinou a destruição de lavouras, casas, abrigos e qualquer construção feita pelos agricultores após a data de concessão de manutenção de posse por ele fornecida [...]. A forma encontrada para tal destruição foi, no mínimo bizarra. No dia 13 de setembro, Cláudio Pedrosa da Cunha, filho do Sr. Avel, chegou à propriedade “acompanhado de policiais civis e militares e de dois oficiais de justiça com ordens para executar a decisão do juiz de destruir a lavoura e agüá-la com veneno” (MOREIRA, 1997, p.386)

Entre 1989 e 2018, foram destruídas 5.641 casas e 11.841 famílias foram expulsas de propriedades e ocupações (Gráfico 8). Os anos com a maior concentração desta tipologia de violência se expressa entre 1994 e 1998. Neste mesmo momento eclodia no estado conflitos agrários, principalmente pelo avanço do MST com a ocupação enquanto estratégia de luta.

Gráfico 8



Fonte: CPT. Cadernos de Conflitos 1986-2018

Em 2014 os números também são expressivos, com 397 casas derrubadas e 637 roças destruídas. Segundo o caderno de conflitos da CPT, neste ano a Paraíba foi o terceiro estado com maiores índices de violência neste sentido.

No estado são as velhas formas de violência do latifúndio através de capangas e pistoleiros muitas vezes envolvidos com polícias e milícias, responsáveis pelos atos.

CONCLUSÃO

Com este trabalho concluímos sobretudo que o espaço agrário paraibano é uma expressão do modelo de produção agrário implantado em toda a América Latina. A organização do espaço agrário ainda mantém seus antigos traços, apesar de toda complexidade e modernização do agronegócio: a exploração do trabalho e da natureza que o sustenta. Frente a lógica do grande capital agrário, a opção para aqueles que não querem se subordinar é a resistência e a coragem de lutar pela terra, isto, diante de uma realidade de injustiças e impunidade.

A partir da cartografia crítica e da organização dos dados em tabelas e gráficos, concluímos ainda que os conflitos agrários embora apresentem momentos de maior ou menor expressão, estiveram presentes em todo período histórico estudado e refletem a forte concentração fundiária, a pobreza no campo e na cidade que excluem parcela significativa da população do acesso à terra e a condições dignas de vida. Duas tipologias de conflito acompanham esse processo: os conflitos por resistência, principalmente nos anos 1970 até o final dos anos 1980 e os conflitos por ocupação que se configuraram no espaço no final dos anos 1980 e são predominantes até hoje.

Confirma-se ainda em nosso estudo, que são nos momentos de fragilidade da democracia que os conflitos e a violência no campo se amplificam. Este é o caso da conjuntura que estamos vivenciando hoje. A incitação à violência por parte daqueles que ocupam o poder e a associação direta destes com os setores mais conservadores, como o ruralista, têm empoderado este e setores mais recentes, como as milícias, a atuar contra as expressões progressistas deste país.

Para a classe camponesa sem-terra, para os pequenos agricultores ou povos originários, as oscilações políticas dentro do modelo frágil de democracia, comprova mais uma vez a urgência de uma transformação estrutural profunda na ordem agrária. Há séculos, povos campesinos em todo continente, erguem suas bandeiras de luta, não apenas para garantir a própria existência, mas também para garantir um desenvolvimento social, econômico e político em seus países, por meio da soberania do Estado e dos povos.

Trabalhar com os dados em um período de quase cinco décadas nos mostrou, entre muitas coisas, desafios, principalmente metodológicos. Conseguimos ainda assim, atualizar e construir um material que servirá de suporte quando entregues aos movimentos socioterritoriais da Paraíba. Entanto, compreendemos que a proposta do trabalho não se encerra, pois necessita de constância para novas atualizações.

REFERENCIAS

AB’SÁBER, Tales. **A Ordem e a Violência no Brasil**. Bala perdida: A violência policial no Brasil e os desafios para sua superação/Bernardo Kucinski (et.al.) 1. Ed -São Paulo: Boitempo , 2015. II (Tinta Vermelha)

ALCÂNTARA. José O. Júnior. **George Simmel e o Conflito Social**. Caderno Pós Ciências Sociais - São Luís, v. 2, n. 3, jan./jun. 2005

ALMENDRA. Carlos Alberto. BAIERL, Luzia Fatima. **A violência: realidade cotidiana. Sociedade e Cultura**. Goiânia,v.10, n.2, 2007, p.267-279

BETTO, Frei (2006) **A mosca azul: reflexão sobre o poder**. Rio de Janeiro: Rocco

BIRNBAUM, Pierre. **O Conflito**. In: Raymond Boudon (org.) “Tratado de Sociologia”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CASTRO, Josué. **Sete Palmos e Terra e um Caixão**: Ensaio Sobre o Nordeste, Área explosiva. 4ª Ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 2004.

CERUTI, Leónidas. América Latina: uma história de genocídio, saque, exploração e luta. **Esquerda Diário**. Movimento Revolucionário de Trabalhadores, Rede Internacional. 13 de outubro de 2017. Disponível em:
<https://www.esquerdadiario.com.br/America-Latina-uma-historia-de-genocidio-saque-exploracao-e-luta>

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Caderno Conflitos no Campo–Brasil**. Todos os números entre (1986): 1986-2018.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO – CIMI. **Relatório Violência contra povos indígenas**. 2014

DAVIS, John, H. GOLDBERG, Ray, A. **A concept of agribusiness**. Boston: Harvard University Press, 1957. 143 f.

FELICIANO, C. A. **A prática da violência no campo brasileiro do século XXI**. In: RAMOS; SANTOS; MITIDIERO. **A questão agrária e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

FERNANDES, Bernardo M. **A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita**. In: SADER, Emir. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 191-205, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano et al. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1999

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983^a

Galeano, E. (1978). **As veias abertas da América Latina**. (trad. de Galeano de Freitas). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia/Anthony Giddens**. Tradução: Sandra Regina Netz. – 4. Ed – Porto Alegre: Armed, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, 4^e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2006

LUCENA FILHO, H. L. de. **As teorias do conflito: contribuições doutrinárias para uma solução pacífica dos litígios e promoção da cultura da consensualidade**. Direitos Culturais, Santo Ângelo, v.7, n.12, p. 225-249, jan./jun. 2012

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia**. México: Era, 1973.

MARX, K. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no estado da Paraíba**. –São Paulo: USP, 2008.

MITIDIERO, M. A. **Violência no campo brasileiro em tempos de golpe**. **Boletim Dataluta**, v. 114, p. 1-23, 2017.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: EDUP/ UFPB, 1997

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. **Da Zona da Mata ao Sertão: a luta pela construção de territórios de esperança**. João Pessoa: Relatório de Pesquisa/CNPq, 2013.

_____, Emília de Rodat Fernandes. **Processo de ocupação do espaço agrário paraibano**. **João Pessoa: UFPB/NDIHR**, 1990.

_____, Emília. **Da concepção de espaço a noção de espaço agrário**. João Pessoa: Texto Didático. DGEOC/UFPB, 2002.

_____, Emília. *Por um pedaço de chão. Vol. I e II* João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

_____, Emília, **Produção do espaço paraibano**. Texto didático. João Pessoa: Texto didático, DGEIOC/UFPB, inédito.

_____, Emília. **Território de Esperança**. João Pessoa; Rel. de Pq. CNPQ/ UFPB, 2016; 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **MST repudia GLO proposta pelo Governo Bolsonaro**. 2019, <https://mst.org.br/2019/11/26/mst-repudia-glo-proposta-pelo-governo-bolsonaro/>, acesso em: 19 de fev 2020.

NASCIMENTO, Rangel Silvano da Silva do Nascimento. **De Quem é a Terra? A Questão Agrária da Reforma Agrária e MST no Governo Lula**. 2019. 335 p. Tese de Doutorado. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Portugal, 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **In: Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta in Conflitos no Campo no Brasil**, 2015. CPT Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva. São Paulo – Expressão Popular.

PNUD, ed. (9 de dezembro de 2019). «Human Development Report 2019 - **Beyond income, beyond averages, beyond today: Inequalities in human development in the 21st century**» (PDF)(em inglês). Consultado em 09 de março de 2019

PORTO-GONÇALVES, C. W., Cuin, D. P., Ladeira, J. N., Silva, M. N., & da Rocha Leão, P. C. **Terra em Transe: geografia da expropriação e da r-existência no campo brasileiro**.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

RAMPINELLI, Waldir José. A Revolução Mexicana: seu alcance regional, precursores, a luta de classes e a relação com os povos originários. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 126, p. 90-107, 2011.

ROSTWOROWSKI de Diez Canseco, María. **Historia del Tahuantinsuyu**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos (1988).

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAUER, S. E Pereira, J.M.M., Capturando a Terra: Banco Muncial, Políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária, vol.13,nº5, São Paulo, ABRA, 1983.

SIMMEL, G. **A natureza sociológica do conflito; a competição; conflito e estrutura de grupo; sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal.** In: MORAIS FILHO, E. (Org.). *Simmel*. São Paulo: Ática. 1983

TAVARES, José Vicente Tavares. **As lutas sociais contra as violências.** Política e Sociedade. Nº11 – outubro de 2017

TOKATLIAN, Juan Gabriel. **El auge del neogolpismo.** La Nación, 24 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/1484794-el-auge-del-neogolpismo>. Acesso em: 24 jan de 2020.

TRANSPADINI, R. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais–UFMG, 2016.** 2016. Tese de Doutorado. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação: Conhecimento e Inclusão Social em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

TROTSKI, Leon. **A revolução permanente.** Antidoto, 1977.

WELCH, Clifford Andrew; FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: expressão popular, p. 161-190, 2008.